



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Modalidade: Presencial

Curso autorizado pela Resolução n.º 23/2017/CONSUP/IFTO, de 29 de março de 2017 e alterado pela Resolução CONSUP/IFTO n.º 199, de 18 de abril de 2023.

PPC aplicado para estudantes ingressantes a partir de 2023/1

**Gurupi - TO
2023/1**



Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha
77.410-470 Gurupi - TO
(63) 3311-5400
www.ifto.edu.br/gurupi – gurupi@ifto.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

2ª Edição

Antonio da Luz Júnior
Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Nayara Dias Pajeú Nascimento
Pró-reitora de Ensino

Daniel Marra da Silva
Diretor de Graduação

Milene Lopes dos Santos Queta
Diretora-geral - *Campus Gurupi*

Ageu Pereira de Almeida
Gerente de Ensino - *Campus Gurupi*





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Comissão de Elaboração da 1ª Edição

Portaria n.º 26/2016/REITORIA/IFTO, de 15 de janeiro de 2016, alterada pela Portaria n.º 57/2016/REITORIA/IFTO, de 22 de janeiro de 2016, prorrogada pela Portaria n.º 218/2016/REITORIA/IFTO, de 14 de março de 2016, retificada pela Portaria n.º 847/2016/REITORIA/IFTO, de 22 de setembro de 2016, alterada pela Portaria n.º 848/2016/REITORIA/IFTO, de 22 de setembro de 2016, alterada pela Portaria n.º 854/2016/REITORIA/IFTO, de 23 de setembro de 2016, redesignada pela Portaria n.º 855/2016/REITORIA/IFTO, de 23 de setembro de 2016, retificada pela Portaria n.º 982/2016/REITORIA/IFTO, de 7 de novembro de 2016 e redesignada pela Portaria n.º 1.103/2016/REITORIA/IFTO, de 8 de dezembro de 2016.

Deice Silva Teixeira - Presidenta (*Campus Gurupi*)
André Luiz Gonçalves (*Campus Gurupi*)
Antônio Carlos Gomes Rêgo (*Campus Gurupi*)
Bruno Coelho Alves (*Campus Gurupi*)
Cleverson da Silva Martins (*Campus Gurupi*)
José Wellington Abreu Pereira (*Campus Gurupi*)
Kelly Cristina Rocha Azarias (*Campus Gurupi*)
Marina Rodrigues de Oliveira (*Campus Gurupi*)
Marlise Berwig (*Campus Gurupi*)
Octaviano Sidnei Furtado (*Campus Palmas*)
Paulo Sérgio Rocha Lima (*Campus Gurupi*)
Rony Von Ribeiro de Souza (*Campus Gurupi*)

Revisão linguística: Deice Silva Teixeira (*Campus Gurupi*)



Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha
77.410-470 Gurupi - TO
(63) 3311-5400
www.ifto.edu.br/gurupi – gurupi@ifto.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Comissão de Elaboração da 2ª Edição

Portaria n.º 105/2021/GUR/REI/IFTO, de 05 de maio de 2021, retificada pela Portaria n.º 110/2021/GUR/REI/IFTO, de 10 de maio de 2021, retificada pela Portaria n.º 111/2021/GUR/REI/IFTO, de 10 de maio de 2021, alterada pela Portaria n.º 164/2021/GUR/REI/IFTO, de 28 de julho de 2021, alterada pela Portaria n.º 171/2022/GUR/REI/IFTO, de 24 de maio de 2022, alterada pela Portaria n.º 309/2022/GUR/REI/IFTO, de 23 de setembro de 2022, alterada pela Portaria n.º 55/2023/GUR/REI/IFTO, de 09 de março de 2023

Michele Pereira Vilas Novas - Presidente
Adriana Machado Santos Serra
Antônio Carlos Gomes Rêgo
Cláudio Rodrigues de Oliveira
Danielma Silva Maia
Elaine Costa Leite
Jheffersom Donner da Silva
José Wellington Abreu Pereira
Leide Lene Santos Silva
Mariza Ramalho Nunes
Marlise Berwig
Paulo Sérgio Rocha Lima
Sérgio José da Costa
Wellson Rosário Santos Dantas
Wilmar Borges Leal Junior

Revisão linguística: Leide Lene Santos Silva



Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha
77.410-470 Gurupi - TO
(63) 3311-5400
www.ifto.edu.br/gurupi – gurupi@ifto.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1. CONCEPÇÃO DO CURSO	11
1.1. JUSTIFICATIVA	11
1.1.1. Arranjos Produtivos Locais – APL	12
1.1.2. Da Localização Geográfica do Município de Gurupi	13
1.1.3. Das Características Econômicas, Políticas e Socioambientais do Estado do Tocantins.....	13
1.1.4. Estudo de Demanda	15
1.2. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO	18
1.2.1. Objetivo Geral	19
1.2.2. Objetivos Específicos	19
1.3. REQUISITOS DE ACESSO	20
1.4. APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	21
1.5. PERFIL DE EGRESSO	21
2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	25
2.1. CONCEPÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	25
2.2. GRADE CURRICULAR.....	27
2.3. METODOLOGIA.....	32
2.3.1. Disciplina Optativa	35
2.3.2. Prática Profissional Supervisionada	36
2.3.2.1. Visitas técnicas	37
2.3.3. Disciplinas que Possuem Carga Horária a Distância.....	37
2.3.4. Atividades de Extensão	38
2.3.4.1. Atividades de extensão curriculares	38
2.3.4.2. Atividades de extensão extracurriculares	40
2.3.5. Atividade de Pesquisa.....	41
2.3.6. Monitoria	41
2.3.7. Atividades Acompanhadas	42
2.3.8. Ações para Evitar a Retenção e Evasão.....	42
2.3.9. Acessibilidade.....	43
2.4. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	46
2.5. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	47
2.5.1. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	47
2.5.2. Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório.....	47
2.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	48
2.7. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	49





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

2.8. CERTIFICAÇÃO	50
3. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO E TERCEIRIZADOS	51
3.1. PERFIL DO COORDENADOR DE CURSO	51
3.2. PERFIL DO CORPO DOCENTE	51
3.3. PERFIL DO CORPO TÉCNICO	54
3.4. PERFIL DO TUTOR A DISTÂNCIA	57
3.5. DO COLEGIADO DE CURSO.....	57
3.6. DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	58
4. AMBIENTES E EQUIPAMENTOS	58
4.1. SALA DE PROFESSORES	58
4.2. SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO.....	59
4.3. SALAS DE AULA	59
4.4. AMBIENTES DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS.....	60
4.4.1. Ambiente Virtual de Aprendizagem.....	61
4.4.2. Laboratórios.....	61
4.4.3. Equipamentos Existentes nos Laboratórios	61
4.5. BIBLIOTECA	63
4.6. REFEITÓRIO.....	65
4.7. ESPAÇO DE VIVÊNCIA DISCENTE	66
4.8. AMBIENTE DE ACESSO ÀS TICS	66
5. APRIMORAMENTO CONTÍNUO DO PROJETO DE CURSO.....	67
BASE LEGAL	69
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DAS UNIDADES CURRICULARES	74
1º Período	74
2º Período	78
3º Período	84
4º Período	89
5º Período	95
Disciplina Optativa	100





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), tem como instituição mantenedora o Ministério da Educação (MEC). O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) foi criado em 2008 pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, conceituando-se como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Os institutos são equiparados às universidades federais, visto que possuem gestão orçamentária e financeira descentralizada. Possuem também, nos limites de sua área de atuação territorial, autonomia para criar ou extinguir cursos e registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior.

O IFTO atua em todo o estado do Tocantins, oferecendo educação pública de qualidade do ensino básico ao superior. Tem como compromisso manter a oferta de pelo menos 50% de vagas para o ensino técnico de nível médio e oferta de pelo menos 20% das vagas para os cursos de licenciatura e de formação de professores, conforme disposto na Lei de n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Os cursos superiores de tecnologia e de bacharelado representam 30% das vagas a serem ofertadas, podendo ainda serem oferecidos cursos *Lato* e *Stricto Sensu*. Além dos cursos na modalidade presencial, o IFTO implanta cursos na modalidade educação a distância. Com a sua atuação em todas as regiões do Tocantins, o IFTO gera melhoria de vida para os tocaninenses, proporcionando desenvolvimento educacional, científico e tecnológico para todo o estado.

O IFTO conta atualmente com onze unidades educacionais, sendo: *Campus Araguaína*, *Campus Araguatins*, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, *Campus Avançado Lagoa da Confusão*, *Campus Avançado Pedro Afonso*, *Campus Colinas*, *Campus Dianópolis*, *Campus Gurupi*, *Campus Palmas*, *Campus Paraíso do Tocantins*, *Campus Porto Nacional*. Conta também com o Centro de Referência em Educação a Distância (CREAD), além de Polos de Apoio à Educação a Distância. A Reitoria do IFTO está situada na capital do estado, Palmas – TO.

O *campus* Gurupi do IFTO, localizado na região Sul do Tocantins, figura-se na Microrregião de Gurupi que contempla 14 municípios. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022a; IBGE, 2022b) a área territorial total do município é de 1.844,164 km² e a população estimada em 2021 é de 88.428 mil habitantes. A cidade possui um IDH igual a 0,759, que corresponde a médio desenvolvimento humano, medido por indicadores relacionados à saúde, longevidade e renda da população. Fica no limite divisório de águas dos rios Araguaia e Tocantins, às margens da BR-153, no quilômetro 663

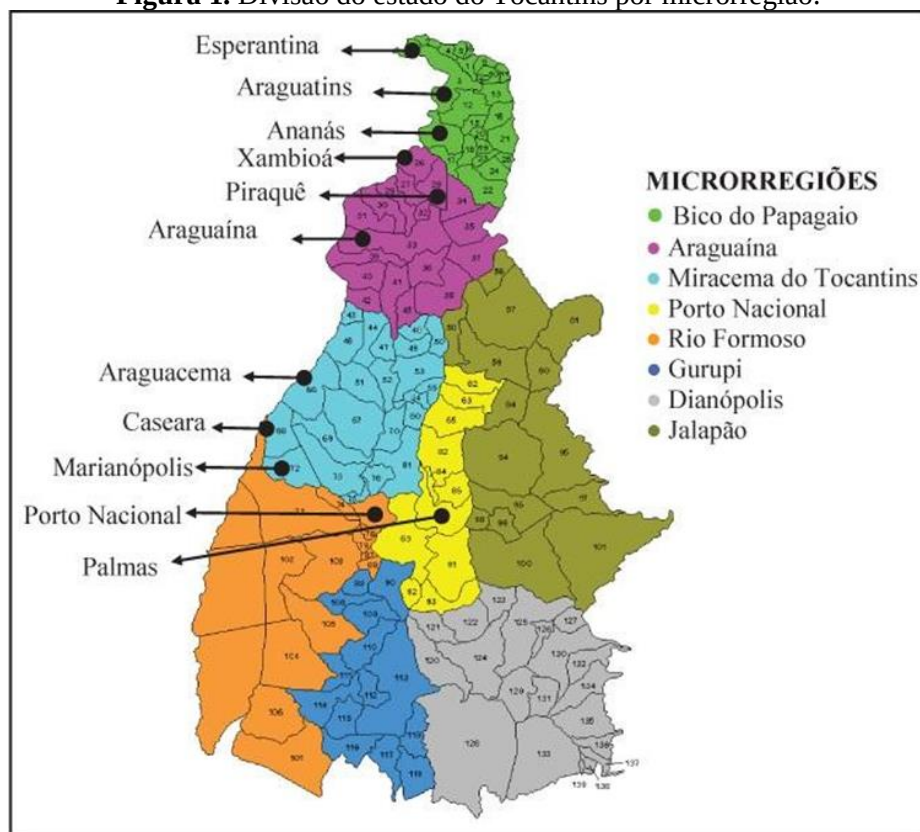




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

no sentido Belém a Brasília; entre os paralelos 11 e 12.

Figura 1. Divisão do estado do Tocantins por microrregião:



Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822011000100015

O *Campus* Gurupi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, originou-se com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Rede EPCT, sendo sua autorização de funcionamento publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2010, por meio da portaria n.º 130, de 29 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação. Localizado na Alameda Madrid, n.º 545, Setor Jardim Sevilha, Gurupi – TO, a 245 km da capital Palmas, nasce com o objetivo de atender as reivindicações do setor produtivo e da sociedade local, considerando a carência de cursos superiores na região, passando a atender 14 cidades circunvizinhas.

Para a escolha dos cursos do *Campus* Gurupi observou-se as possibilidades empregatícias dos profissionais na região, bem como nas demais regiões do Estado; considerando a demanda existente no mercado de trabalho, conforme destaca a ocupação econômica das regiões administrativas. Atualmente, o *campus* oferece de forma regular cursos Integrados ao Ensino Médio: Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária, e Técnico em Edificações; Cursos Superiores: Tecnólogo em Gestão Pública e Tecnólogo





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

em Produção de Grãos, Licenciatura em Teatro e Bacharelado em Engenharia Civil; Pós-graduação: *Lato Sensu* em Arte Educação e *Lato Sensu* em Agropecuária Tropical; Ensino a Distância o Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio: Técnico em Edificações; e Formação Inicial e Continuada (FIC): Operador de Computador (EJA/PROEJA).

O *Campus Gurupi* do IFTO configura-se em quatro eixos tecnológicos: Gestão e Negócios; Infraestrutura; Produção Cultural e Design e Recursos Naturais. Assim, o curso de Tecnologia em Gestão Pública, aprovado pela Resolução n.º 23/2017/CONSUP/IFTO, de 29 de março de 2017, encontra-se alinhado à vocação do *campus* de formar profissionais que respondam às necessidades do mundo do trabalho e ao exercício da cidadania na área de Ciências Sociais Aplicadas, possibilitando à região o atendimento às necessidades locais em favorecimento ao desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A seguir, nos Quadros 1 e 2, são apresentadas a identificação da unidade ofertante e a identificação e especificações do curso:

Quadro 01: Identificação da unidade ofertante

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OFERTANTE					
Nome:	Campus Gurupi do IFTO				
CNPJ:	10742006/0005-11				
End.:	Alameda Madrid, 545, Jardim Sevilha				
Cidade:	Gurupi	UF:	TO	CEP:	77410-410
Fone:	(63) 3311-5400				
E-mail:	gurupi@ifto.edu.br				
Portal:	portal.ifto.edu.br/gurupi				

Quadro 02: Identificação do curso

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Nome do Curso:	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Nível de Ensino:	Educação Superior
Tipo de Curso:	Graduação
Tipo de Oferta:	Curso Superior de Tecnologia - CST
Modalidade de Ensino:	Educação Profissional e Tecnológica
Habilitação/Titulação:	Tecnólogo(a)





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios
Natureza da Oferta: Esforço Próprio
Organização do Tempo Escolar/Acadêmico: Período Semestral
Periodicidade de Ingresso: Anual
Regime de Matrículas: Por disciplinas
Modalidade da Oferta: Presencial
Turno da Oferta: Noturno
Carga Horária Total do Curso (hora/relógio): 1.733,4 horas - 2.080 aulas de 50 minutos
Percentual de Carga Horária Ofertada a Distância (%): 22,76%, equivalente à 394,5 horas
Tempo de Aula (minutos): 50 minutos
Duração Mínima e Máxima do Curso (semestres): Mínimo: 5 semestres, Máximo: 10 semestres
Vagas Ofertadas: 40 vagas





1. CONCEPÇÃO DO CURSO

1.1. JUSTIFICATIVA

Na atualidade o setor público se defronta com novos desafios e o paradigma gerencial contemporâneo exige novas formas de gestão, descentralização de funções, reestruturação e criatividade de seus recursos humanos. Consequentemente, a gestão pública em nível federal, estadual e municipal deve estar preparada para enfrentar tais mudanças, tendo em vista a maior qualidade e produtividade de suas ações, mediante a adoção de modelos gerenciais capazes de gerar resultados. Nesse contexto, são imprescindíveis que os gestores de organizações governamentais atuem a partir dos seguintes pressupostos:

- Compreensão do contexto sociopolítico em que atua;
- Previsão, entendimento e gerenciamento das mudanças, exercitando a flexibilidade e maleabilidade para enfrentar a incerteza;
- Capacidade para a autogestão. Conhecer a si próprio, administrar seu tempo, delegar, tomar decisões, definir prioridades, desenvolver a inteligência emocional são temas de importância crescente na formação gerencial;
- Capacidade de comunicação e relacionamento com pessoas e grupos;
- Conhecimento de ações e reações de outros países, de outras culturas, acompanhando a tendência universal de abertura e integração;
- Capacidade de negociação;
- Ética pública e compromisso social.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública possibilita aos futuros gestores uma visão estratégica da gestão pública, estimulando o desenvolvimento de sua capacidade de reflexão e crítica, com vistas a torná-los agentes de mudança no âmbito de suas futuras organizações.

As funções exercidas pelos servidores públicos do poder executivo estão distribuídas nas Carreiras/Atividades típicas de Estado, como: Saúde, Educação, Segurança Pública, Fiscalização e Arrecadação de Tributos, Previdência, dentre outras.

Nos últimos anos tem crescido a oferta de emprego público no âmbito federal, estadual e municipal. Sendo necessárias contratações no setor público para renovação e recomposição dos quadros de seus órgãos e autarquias. Ainda assim, especialistas estimam que essas vagas serão suficientes somente para repor os servidores que deixaram o serviço público por aposentadoria ou transferiram-se para a





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

iniciativa privada. Há que se considerar, ainda, o incremento na quantidade de serviços oferecidos pelo governo federal, estadual e municipal, além do crescimento da população, que demandam ainda mais pessoas a serem contratadas. Outro fator a ser acrescentado é o interesse dos servidores dos diversos níveis pela formação como resultado do incentivo à evolução na carreira pública.

Dentre as carências nas áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública, Fiscalização e Arrecadação e Previdência, a grande maioria dos órgãos contratantes possuem necessidades comuns dentre elas: o gestor de finanças, administrador, profissional da legislação administrativa, profissional em ciências sociais e humanas, o que evidencia a importância de profissionais com características na área pública. Além da carreira como servidor público nas Câmaras Municipais de todas as cidades do Estado, especificamente, as da região sul, por exemplo, os parlamentares precisam de assessoria direta ou indireta, gerenciando a vida pública e os projetos encampados por eles. Nesse sentido, essa demanda é potencializada pela necessidade de assessores e seu atendimento é possibilitado pelo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública através da formação específica para atuar na área, ou seja, sua profissionalização.

Os campos de atuação, portanto, são vários. O profissional do CST em Gestão Pública do *Campus* Gurupi poderá atuar em empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria; organizações privadas prestadoras de serviço público; organizações sem fins lucrativos; órgãos públicos; institutos e centros de pesquisa e instituições de ensino.

1.1.1. Arranjos Produtivos Locais – APL

A partir do exposto, é imprescindível a análise do conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, ou seja, dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), os quais são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem, uma vez que, a partir disso, torna-se possível o desenvolvimento de ações significativas a nível local e regional. Assim, as informações apresentadas a seguir são fundamentadas em consultas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), secretarias municipais e estaduais e demais órgãos regionais.

Dados fornecidos pela Secretaria da Administração do Estado mostram os principais órgãos públicos do Poder Executivo onde os futuros tecnólogos em Gestão Pública poderão desempenhar suas funções: Gabinete do Governador, Casa Militar, Casa Civil, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Representação do Estado, Controladoria-Geral do Estado, Polícia Militar do Estado do Tocantins,





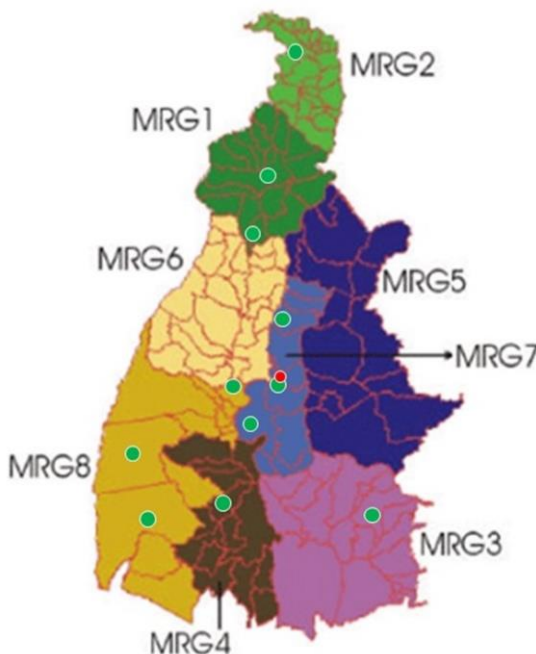
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Procuradoria-Geral do Estado, 14 Secretarias de Governo, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Tocantins, Agência Estadual de Saneamento, Departamento Estadual de Trânsito, Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, Junta Comercial do Estado do Tocantins, Escola Técnica de Saúde do Tocantins dentre outras. A existência de várias secretarias, diretorias e superintendências, tanto no Estado do Tocantins quanto no Município de Gurupi demonstram o vasto campo de atuação do Tecnólogo em Gestão Pública.

1.1.2. Da Localização Geográfica do Município de Gurupi

Gurupi é um município brasileiro localizado ao sul do Estado do Tocantins, a 245 km de Palmas, capital do Estado, e a 742 km de Brasília, capital federal. Segundo o IBGE, em 2021, a cidade tem aproximadamente 88.428 habitantes. Possui um IDH igual a 0,759, que corresponde a um médio desenvolvimento humano, medido por indicadores relacionados à saúde, à longevidade e à renda da população. Fica no limite divisório de águas dos rios Araguaia e Tocantins, às margens da BR-153, no quilômetro 663 no sentido Belém a Brasília; entre os paralelos 11 e 12.

Figura 2: Mapa das microrregiões do Estado do Tocantins, Gurupi (MRG4)



Fonte: Adaptado Curado e Ferreira, 2013.

1.1.3. Das Características Econômicas, Políticas e Socioambientais do Estado do Tocantins

Gurupi ocupa a terceira posição de importância e tamanho das cidades do Tocantins, sendo o polo



Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha
77.410-470 Gurupi - TO
(63) 3311-5400
www.ifto.edu.br/gurupi – gurupi@ifto.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

regional de toda a região sul do Estado. Com população estimada em 2021 de 88.428 habitantes. Os dados apresentados abaixo têm por base o sítio do IBGE conforme censo de 2010, sendo que 37% da população são jovens de até 24 anos e apenas 3,7% possuem mais de 60 anos, tornando-se um município fornecedor de população economicamente ativa. Apresenta, como principais fontes de renda a pecuária e a agricultura, contando, ainda, com um parque agroindustrial, onde diversas empresas estão instaladas. Apesar de sua característica agropecuária, o município apresenta considerável concentração de instituições e órgãos públicos, que demandam grande quantidade de serviços públicos das mais diversas áreas (IBGE, 2022b).

De acordo com a última pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), realizada entre os anos de 2000 a 2010, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do município de Gurupi foi de 0,229. Tal índice é uma média dos desempenhos relacionados à infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho. Sendo assim, de acordo com relatório do IVS, Gurupi é considerada uma das melhores cidades para se morar na região Norte do Brasil.

De acordo com Relatório gerado no Sistema de Gerenciamento Escolar da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (SEDUC-TO), o número de estudantes matriculados na Rede Estadual de Ensino (1º, 2º e 3º anos do ensino médio), na Regional de Gurupi¹, no ano de 2021, totaliza 3.920 (três mil novecentos e vinte), sendo que em todo o Estado do Tocantins o total é de 140.000 (cento e quarenta mil) estudantes matriculados.

O número de estudantes do Ensino Médio, nesta região, bem como em todo o Estado, é muito expressivo. Considerando que não existe a opção de matrícula em curso gratuito de CST em Gestão Pública no sul do Tocantins, a presença deste curso no *Campus* Gurupi do IFTO é de extrema relevância para a população, especialmente para aqueles que não dispõem de recursos financeiros para custear as despesas com a graduação oferecida pela rede privada de ensino (Quadro 03). Além disso, possibilita o acesso à formação tecnológica gratuita e presencial na região, minimizando problemas como o deslocamento para outras cidades ou Estados e ampliando o número de profissionais capacitados no Tocantins.

Quadro 03: Relatório de Oferta de Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública no Estado do Tocantins.

CÓD. IES	Instituição (IES)	Grau	Modalidade	Pública / Privada	Total de vagas ofertadas anualmente		
					Todos os polos	Polos no estado do Tocantins	Polo Gurupi- TO
221*	Universidade Cruzeiro do Sul	Tecnológico	A Distância	Privada	4.000	11	01

¹Regional de Gurupi: Gurupi, Alvorada, Cariri do TO, Crixás do TO, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do TO, Sucupira, Palmeirópolis, Peixe, Sandolândia, São Salvador do TO, São Valério da Natividade, Dueré, Aliança do TO, Araguaçu, Talismã.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

	(UNICSUL)						
322*	Universidade Paulista (UNIP)	Tecnológico	A Distância	Privada	73.260	500	50
1196*	Universidade Cesumar (UNICESUMAR)	Tecnológico	A Distância	Privada	15.000	106	15
1205*	Faculdade Educacional Da Lapa (FAEL)	Tecnológico	A Distância	Privada	6.000	75	03
1270*	Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto (Estácio Ribeirão Preto)	Tecnológico	A Distância	Privada	1.600	09	02
1472*	centro universitário leonardo da vinci (uniasselvi)	Tecnológico	A Distância	Privada	7.630	81	0
1491*	Centro Universitário Internacional (UNINTER)	Tecnológico	A Distância	Privada	5.000	0	10
1775*	Centro Universitário Favip Wyden (UniFavip Wyden)	Tecnológico	À Distância	Privada	1.080	22	10
1779*	Faculdade AIEC (AIEC/FAAB)	Tecnológico	À Distância	Privada	1.000	-	-
3985*	Centro Universitário SENAC (SENAC-SP)	Tecnológico	À Distância	Privada	370	4	1

(*) Não oferece cursos de forma gratuita.
Fonte: Sistema E-mec (MEC), 2021.

Convém salientar que o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública *Campus Gurupi* é ofertado desde 2017, com uma grande adesão de alunos, principalmente devido ao fato de que o *campus* ser a única instituição pública superior a ofertá-lo na modalidade presencial, conforme observado no Quadro 03.

1.1.4. Estudo de Demanda

Para a efetivação da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, foi imprescindível o estudo de demanda, realizado com o objetivo de identificar o potencial, a expectativa da população, das instituições públicas e privadas no que se refere à profissionalização que atenda aos setores da economia local e regional. Assim, as informações apresentadas a seguir foram obtidas por meio de questionários aplicados aos estudantes do 3º ano do ensino médio de escolas públicas municipais na cidade de Gurupi e municípios vizinhos.

Foi instituída, em 13 de outubro de 2015 a comissão responsável pela pesquisa e análise de demanda dos cursos a serem ofertados pelo *Campus Gurupi*, Portaria n.º 235/2015/GUR/REI/IFTO, que





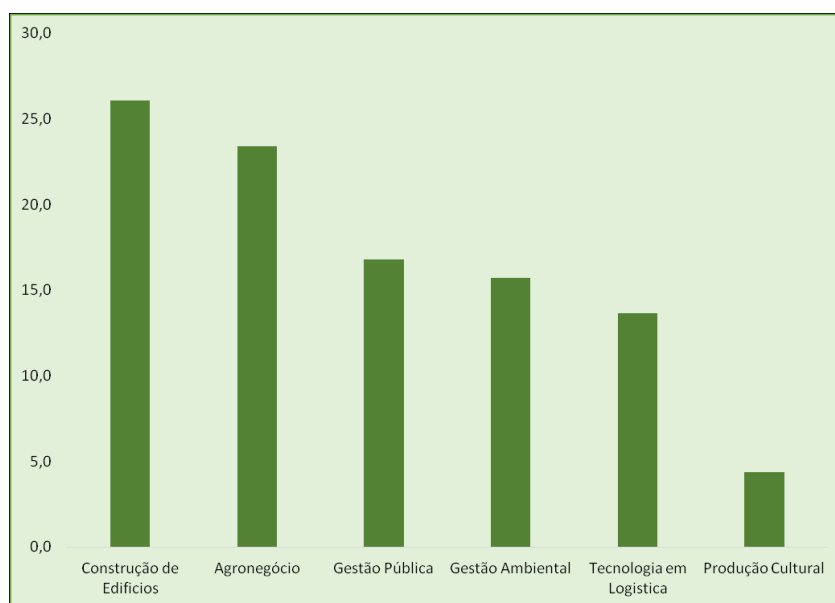
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

buscou, a partir da aplicação de questionários, conhecer o nível de interesse do público na oferta de novos cursos por parte do *Campus* Gurupi do IFTO. Para isso, realizaram-se visitas a doze escolas de Gurupi, sendo consultadas as opiniões de 708 estudantes; foram, ainda, visitadas nove escolas em municípios vizinhos, sendo consultadas as opiniões de 301 estudantes. Foram aplicados quatro modelos de questionários, contendo questões abertas e fechadas; entretanto, apenas o Formulário 1 - aplicado aos estudantes do ensino médio (3º Ano) egressos - está autuado no presente processo, pois é pertinente aos cursos de graduação.

Os resultados obtidos na pesquisa de demanda serão apresentados a seguir, detalhadamente, na parte pertinente aos cursos de graduação.

A Figura 3 se constitui a partir de uma pergunta fechada, na qual se pediu que o estudante assinalasse um curso superior de tecnologia, dentre os apresentados, que o *Campus* Gurupi deveria ofertar.

Figura 3: Formulário 1 – Aplicado aos estudantes do Ensino Médio (3º Ano) ou que já tenham concluído.



Fonte: Comissão para pesquisa de demanda. Portaria n.º 235/2015/*Campus* Gurupi/IFTO, de 13 de outubro de 2015.

Dentre os três cursos tecnólogos mais votados, encontrava-se o CST em Gestão Pública, o qual, considerando o perfil do *Campus*, bem como sua estrutura e corpo docente, apresentou maior viabilidade de oferta pelo *Campus* Gurupi.

Ademais, a partir do resultado da pesquisa de demanda, foi possível averiguar que havia uma tendência pelo eixo tecnológico de Gestão e Negócio, o que tornava a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública pelo *Campus* Gurupi do IFTO uma opção relevante.

A Figura 4 resulta do questionamento acerca do turno de oferta dos cursos tecnólogos a serem

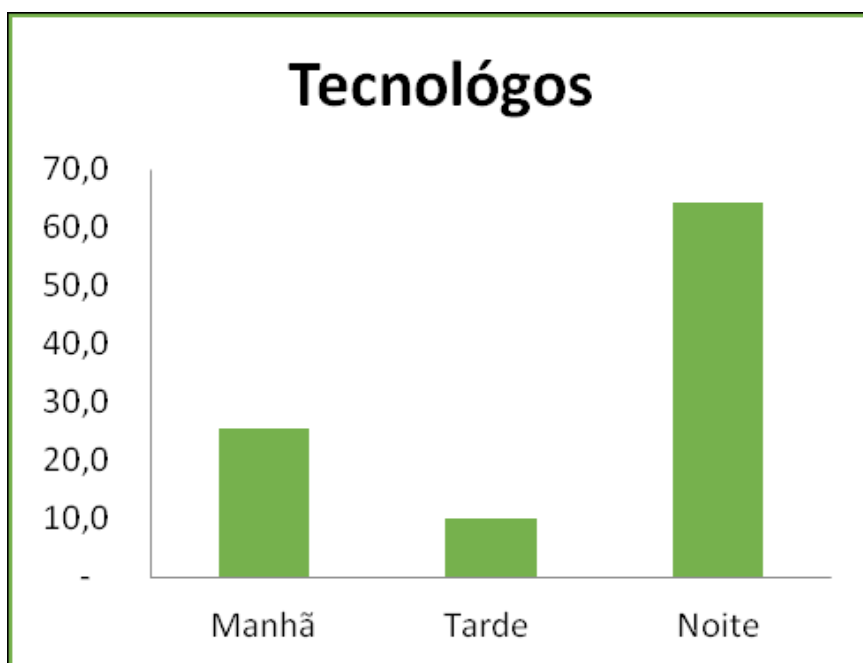




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

implantados pelo *Campus Gurupi* do IFTO. Conforme se verifica, cerca de 64% (sessenta e quatro por cento) dos entrevistados escolheriam por fazer um curso tecnólogo no período noturno.

Figura 4: Formulário 1 – Aplicado aos estudantes do Ensino Médio (3º Ano) ou que já tenham concluído.



Fonte: Comissão para pesquisa de demanda. Portaria n.º 235/2015/*Campus Gurupi*/IFTO, de 13 de outubro de 2015.

A Figura 5 representa a opção dos entrevistados com relação à modalidade de oferta dos cursos tecnólogos a serem implantados pelo *Campus Gurupi* do IFTO. Cerca de 90% (noventa por cento) dos entrevistados optaram por fazer um curso tecnólogo na modalidade presencial.

Ressalta-se que o *Campus Gurupi* oferece o curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, portanto, a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública atende ao requisito de verticalização do eixo tecnológico Gestão e Negócios, atendendo ao que dispõe o art. 8º, da Lei n.º 11.892/2008.

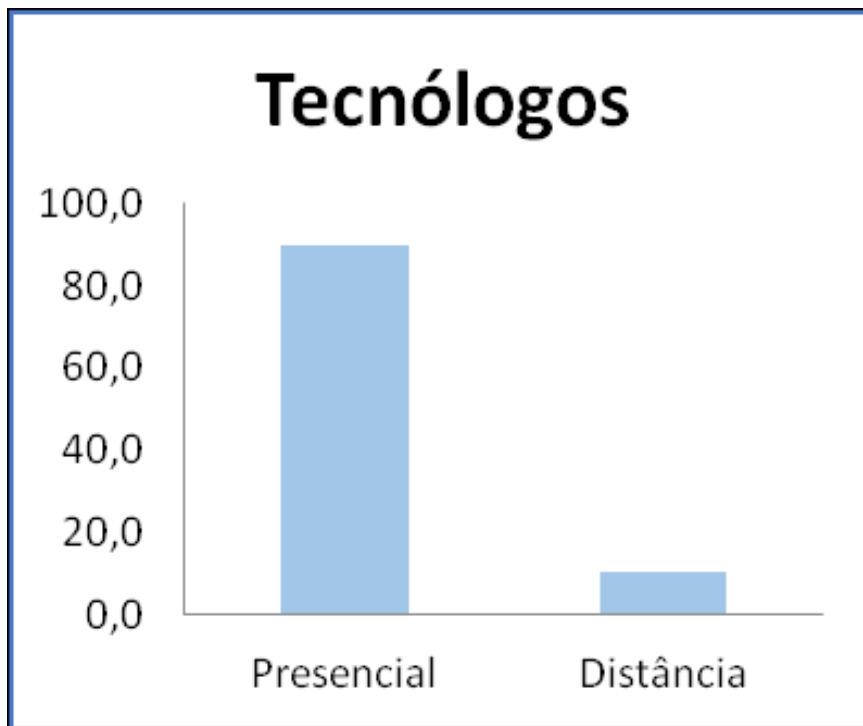
Diante do exposto, considerando a estrutura física, bem como o atual quadro de servidores (docentes e técnicos), o *Campus Gurupi* tem condições e por isso continua a ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Figura 5: Formulário 1 – Aplicado aos estudantes do Ensino Médio (3º Ano) ou que já tenham concluído.



Fonte: Comissão para pesquisa de demanda. Portaria n.º 235/2015/Campus Gurupi/IFTO, de 13 de outubro de 2015.

O curso busca atender a sociedade como participante das organizações pública: municipais, estaduais e federais, sejam elas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundações, do terceiro setor como associações, ongs e cooperativas, também objetiva atender aos envolvidos nas organizações do primeiro setor, que de forma direta ou indireta atua com a gestão pública.

1.2. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO

O profissional em Gestão Pública poderá atuar em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal e suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus* Gurupi do IFTO, tem como finalidade principal a formação de profissionais aptos a atuar na área administrativa e controle financeiro, bem como no planejamento, orçamento e auditoria no setor público, fornecendo conhecimentos necessários ao bom desempenho da profissão.

Dessa forma, o curso também visa preparar profissionais para atuação em Organizações da





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Sociedade Civil (Terceiro Setor), especialmente nas áreas de análise de projetos e captação de recursos, estando aptos a ocupar os seguintes postos no mercado de trabalho:

- Servidor Público (carreira);
- Servidor Público (temporário, comissionado);
- Agente Público (contratado);
- Assistente Administrativo;
- Assistente Legislativo;
- Assessor Parlamentar;
- Gestor de Finanças Públicas;
- Assessor Financeiro;
- Auditor Público;
- Assessor no Setor Público;
- Analista de Planejamento e Orçamento.

1.2.1. Objetivo Geral

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, considerando as tendências da competitividade contemporânea, visa formar gestores públicos capazes de intervir no desenvolvimento econômico e social da região, levando em consideração mudanças sociais e concepções humanísticas na busca do equilíbrio permanente entre o desenvolvimento econômico sustentável e a qualidade de vida.

1.2.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- preparar os estudantes para integrar o processo de gestão pública no desenvolvimento regional e nacional;
- proporcionar conhecimentos relativos às políticas públicas e sociais em diversas áreas (economia, cidadania, comunicação, etc.);
- formar egressos aptos a assessorar políticos e gestores do alto escalão do governo nas áreas federal, estadual e municipal;
- formar egressos aptos a aplicar corretamente a legislação referente a procedimentos na gestão





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

pública.

Proporcionar aos egressos o entendimento da dimensão dos desafios existentes na condução das entidades públicas, para a resolução de problemas e criação de soluções de forma estratégica e eficaz, efetivando as ações de:

- compreender a problemática socioeconômica e ambiental existentes nos municípios do Tocantins e do Brasil;
- saber das dificuldades de aplicação e implementação das políticas públicas;
- conhecer em sentido geral os aspectos e características do meio rural e urbano;
- saber que o gestor público necessita de habilidades e competências humanas, técnicas e gerenciais para o planejamento, execução, gerenciamento e avaliação, de projetos, resolução de problemas e tomadas de decisões para a melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- fiscalizar e atuar na prática com responsabilidade social e ambiental, atentando-se aos seus direitos e deveres, como aos dos seus pares e da comunidade, praticando de forma legal aquilo que é permitido ao gestor público.

1.3. REQUISITOS DE ACESSO

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins promove o ingresso de estudantes aos cursos de graduação de acordo com os critérios apresentados no Regulamento da Organização Didático-pedagógica do IFTO (ODP-IFTO), em vigência, mediante edital e respectivos prazos estabelecidos.

Em razão do cumprimento da legislação vigente e manutenção do compromisso com a redução de barreiras educativas e com a inclusão de grupos em desvantagem social, o Instituto Federal do Tocantins fará reserva de vagas conforme estabelecido em edital de seleção de candidatos.

Conforme Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Graduação vigente do IFTO, o ingresso do candidato para composição de turma poderá ocorrer mediante aprovação em:

- I - Processo seletivo por meio de Vestibular; ou
- II - Sistema de Seleção Unificada (SISU).

O ingresso do candidato no IFTO para recomposição de turma poderá ocorrer mediante a aprovação em processo de seleção de:

- I – Portador de Título;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

II – Transferência (interna e externa); e

III – Reingresso.

Na ODP-IFTO, vigente, são encontrados, de forma detalhada, cada um dos processos de seleção informados.

Os candidatos aprovados no processo seletivo deverão apresentar para matrícula o diploma de conclusão do ensino médio, além de outros documentos. Os procedimentos para a matrícula encontram-se previstos no Regulamento ODP-IFTO, em vigência.

1.4. APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Será possibilitado o aproveitamento de estudos, que é a inclusão, no histórico escolar do estudante das disciplinas cursadas e cumpridas em outros cursos de graduação autorizados e/ou reconhecidos pelo MEC.

Exame de Proficiência é a avaliação requerida pelo estudante que deseja comprovar domínio dos conhecimentos de determinada disciplina.

Os procedimentos para aproveitamento de estudos e de proficiência devem ser realizados de acordo com o calendário acadêmico e conforme previstos no respectivo Regulamento da ODP-IFTO em vigência.

1.5. PERFIL DE EGRESSO

O perfil profissional do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus* Gurupi do IFTO atende ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2016).

Diagnostica o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública. Desenvolve e aplica inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública. Planeja, implanta, supervisiona e avalia projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional. Aplica metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional. Planeja e implanta ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

Assim, os profissionais conterão as seguintes competências e habilidades profissionais tecnológicas e humanísticas:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Competências Gerais

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus Gurupi* do Instituto Federal do Tocantins, mantém-se alinhado com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Dessa forma, o egresso do curso conterà as seguintes competências e habilidades, relacionadas a Formação Geral explicitadas na Portaria Inep n.º 298, de 30 de junho de 2022, em seu art. 5º (MEC/INEP, 2022b):

- fomenta diálogo e práticas de convivência, compartilhando saberes e conhecimentos;
- busca e propõe soluções viáveis e inovadoras na resolução de situações-problema;
- sistematiza e analisa informações para tomada de decisões;
- planeja e elabora projetos de ação e intervenção a partir da análise de necessidades em contextos diversos;
- compreende as linguagens e suas respectivas variações;
- lê, produz e interpreta textos com clareza e com coerência;
- identifica, analisa e interpreta diferentes representações verbais, não verbais, gráficas e numéricas de fenômenos diversos ou de um mesmo significado;
- formula e articula argumentos e contra-argumentos consistentes em situações sociocomunicativas;
- identifica, compreende e analisa situações-problema utilizando pensamento holístico e sistêmico ao se abordar a complexidade da realidade.

Competências Específicas

Espera-se que os egressos em Gestão Pública do curso adquiram competências e habilidades relacionadas à formação específica explicitadas na Portaria Inep n.º 284, de 30 de junho de 2022, em seu art. 6º (MEC/INEP, 2022a):

- analisa o caráter social e sustentável das questões político-econômicas na tomada de decisão;
- diagnostica o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública;
- comunica, negocia e integra com os diferentes atores da sociedade;
- avalia e emite parecer técnico na gestão pública;
- aplica princípios e fundamentos técnicos e teóricos interdisciplinares na gestão pública;
- coleta e analisa dados para suporte às funções e às atribuições da gestão pública;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

- planeja, implanta, monitora, avalia e analisa projetos e programas de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional;
- utiliza os instrumentos normativos e regulatórios na gestão pública;
- planeja e implanta ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e aos segmentos dos processos de gestão;
- desenvolve e aplica inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública.

Além de atender o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2016) e a Portaria Inep n.º 284, de 30 de junho de 2022, espera-se que os egressos estejam aptos para:

- associar os princípios de direito à área pública;
- estabelecer entendimentos sobre as principais políticas públicas e sociais brasileiras;
- descrever os aspectos éticos e legais pertinentes à esfera pública, bem como suas consequências para a gestão pública;
- avaliar os aspectos econômicos e os impactos das finanças públicas sobre a sociedade e sobre os órgãos em questão;
- utilizar ferramentas contábeis para compreender a dinâmica da contabilidade aplicada à administração pública em todas as suas esferas;
- demonstrar a organização do estado brasileiro e as funções inerentes a cada instância ou escalão do governo em seus âmbitos federal, estadual e municipal;
- avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional dos órgãos da administração pública federal, no tocante aos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e qualidade;
- utilizar as ferramentas de auditoria, de planejamento e de avaliação da gestão em âmbito federal, estadual e municipal;
- assessorar o desenvolvimento de campanhas de marketing político;
- coordenar o uso de ferramentas de tecnologia da informação para a gestão do conhecimento no setor público;
- desenvolver e implementar projetos de interesse social no setor público; e
- propor ações inovadoras e empreendedoras no setor público.

Competências Humanísticas

No que diz respeito às competências humanísticas, espera-se que os tecnólogos em Gestão Pública





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

do curso adquiriram as seguintes competências e habilidades:

- trabalha com o recrutamento, desenvolvimento, e enriquecimento intelectual de pessoas nos locais onde estiver efetuando o potencial trabalho gestor na intencionalidade de aproveitamento de conhecimentos, habilidades e atitudes de todos os envolvidos.
- desenvolve nas pessoas as habilidades de relacionamento interpessoal, reconhecimento profissional e atitude pró-ativa.
- reconhece o potencial humano e incentiva o espírito de equipe em todo o grupo em que estiver inserido.
- trata as pessoas de acordo com suas necessidades, levando-as a receber o melhor atendimento, tratamento e acolhimento de acordo com sua necessidade e especificidade; e
- sabe a melhor maneira de agir como líder, de acordo com as condições oferecidas, fazendo o melhor para a sociedade e para os e clientes internos (colaboradores) de sua instituição e departamento.





2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.1. CONCEPÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A organização curricular do curso está respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96; atende à Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021; ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia de 2016; bem como às demais legislações e normas especificadas no item Base Legal deste projeto.

A Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021, em seu Capítulo II, estabelece os seguintes princípios a serem observados na Educação Profissional e Tecnológica:

- I. articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;
- II. respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- III. respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- IV. centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino-aprendizagem na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;
- V. estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;
- VI. a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;
- VII. indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino-aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;
- VIII. interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos, da segmentação e descontextualização curricular;
- IX. utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino-aprendizagem;

- X. articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;
- XI. observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;
- XII. observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho;
- XIII. reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;
- XIV. reconhecimento das diferentes formas de produção dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;
- XV. autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;
- XVI. identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
- XVII. autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;
- XVIII. fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e
- XIX. promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

A interdisciplinaridade será reforçada por meio de aulas expositivas e pluridisciplinares. O trabalho em equipe, iniciativa, criatividade e sociabilidade dos estudantes serão trabalhados em todos os





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

conteúdos programáticos dos componentes curriculares.

Serão abordadas e desenvolvidas, em atividades de ensino, pesquisa ou extensão, temáticas relacionadas à cultura/sociedade, Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Educação Indígena, Educação Ambiental, Direitos Humanos, Saúde, Tecnologias e Produção, Normas de Segurança e Ética. Maiores informações sobre essas temáticas são expostas no item metodologia deste PPC.

A estrutura curricular estabelecida busca assegurar o conhecimento da profissão, visando também conhecimentos complementares que possibilitam preparo para lidar com os desafios da vida em sociedade, além de permitir articulação do ensino com atividades de pesquisa e extensão.

A Organização do Tempo Escolar/Acadêmico se dá em períodos semestrais sendo a promoção por cumprimento de cada disciplina/componente curricular. Havendo interesse, o estudante poderá cursar componentes curriculares de outros períodos do curso, desde que estejam sendo ofertados, haja vagas disponíveis, tenha cumprido pré-requisitos necessários e seja observado o tempo mínimo para integralização do curso.

Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, 2016, o campo de atuação do profissional Tecnólogo em Gestão Pública poderá ocorrer em empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria; organizações privadas prestadoras de serviço público; organizações sem fins lucrativos; órgãos públicos; Institutos e Centros de Pesquisa; Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente. Ainda conforme o catálogo, o Código Brasileiro de Ocupações associadas para esse profissional será o 1421-20 - Tecnólogo em gestão administrativo-financeira, o 1421-20 - Tecnólogo em gestão pública, e o 2521-05 - Administrador.

A possibilidade de prosseguimento de estudos na Pós-graduação poderá dar-se em pós-graduação na área de Administração, entre outras.

2.2. GRADE CURRICULAR

A seleção dos componentes curriculares visa prover ao estudante o desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para incentivar a produção de bens e serviços e gestão estratégica de processos; a produção e a inovação científica e tecnológica e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho; a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias; propiciar o prosseguimento de estudos; a





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização; o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos.

Os componentes curriculares serão trabalhados semestralmente. Para a integralização do curso, o prazo mínimo são 5 semestres e máximo 10 semestres. O curso terá 77,24% de sua carga horária total ofertada na modalidade presencial e 22,76% serão ofertados a distância, observando o disposto na legislação vigente.

As aulas ocorrerão, preferencialmente, de segunda a sexta-feira no turno noturno; contudo, poderão ocorrer aulas aos sábados, e quando houver será contado como dia letivo conforme calendário acadêmico. O horário de início e de término das aulas segue o funcionamento do *campus*, conforme publicação semestral do horário de aulas e calendário acadêmico.

Por meio da coluna carga horária (CH) Prática Profissional Supervisionada, observa-se que há disciplinas que possuem parte de sua carga horária visando especificamente o atendimento ao Art. 33 da Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021. A prática profissional supervisionada na Educação Profissional e Tecnológica compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações.

Na coluna carga horária (CH) extensão, pode-se observar o atendimento à Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior e à Resolução CONSUP/IFTO n.º 28 de 4 de fevereiro de 2021, que aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão nos cursos de graduação presenciais e a distância do Instituto Federal do Tocantins.

Na coluna Carga Horária (CH) a distância, são demonstradas disciplinas que possuem carga horária a ser ministrada via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O item Metodologia, deste PPC traz informações de como ocorrerão essas disciplinas.

Nas colunas de aulas são especificadas a quantidade de aulas da semana e do semestre, sendo que a duração da aula é de 50 minutos.

Nos quadros seguintes são definidos os componentes curriculares obrigatórios e optativos da Grade Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus Gurupi*, de acordo com a sequência de oferta.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Quadro 04: Grade Curricular: disciplinas obrigatórias (1º ao 5º período)

1º Período											
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH a Distância			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Prática Profiss. Superv. (hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Prática Profiss. Superv. (hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)		
ADM01	Teoria Geral da Administração Aplicada à Gestão Pública	04	80	36,7	13,3	-	16,7	-	-	66,7	Não existe
DIR01	Introdução ao Estudo do Direito	04	80	36,7	13,3	-	10,7	06	-	66,7	Não existe
LIN01	Português Instrumental	04	80	23	27	-	10,7	06	-	66,7	Não existe
CON01	Contabilidade Geral	04	80	46,7	13,3	-	6,7	-	-	66,7	Não existe
EXT 01	Atividade de Extensão I	04	80	-	-	50,0	-	-	16,7	66,7	Não existe
Totais do 1º Período		20	400	143,1	66,9	50,0	44,8	12	16,7	333,5	-

(continuação)

2º Período											
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH a Distância			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Prática Profiss. Superv. (hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Prática Profiss. Superv. (hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)		
DIR02	Direitos Humanos e Políticas Públicas	02	40	13,3	6,7	-	13,3	-	-	33,3	Não existe
ECO01	Introdução à Economia	04	80	36,7	13,3	-	16,7	-	-	66,7	Não existe
CON02	Orçamento Público	04	80	46,7	13,3	-	6,7	-	-	66,7	Não existe
DIR03	Direito Administrativo I	04	80	26,4	13,3	-	27	-	-	66,7	Não existe
LIN02	Redação Oficial	02	40	13,6	6,7	-	13	-	-	33,3	Não existe
MET01	Metodologia do Trabalho Científico	02	40	7,3	10	-	16	-	-	33,3	Não existe





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Totais do 2º Período	18	360	144	63,3	-	92,7	-	-	300	-
----------------------	----	-----	-----	------	---	------	---	---	-----	---

3º Período											
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH a Distância			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Prática Profiss. Superv. (hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Prática Profiss. Superv. (hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)		
FIL01	Ética na Administração Pública	02	40	30,0	-	-	3,3	-	-	33,3	Não existe
CON03	Contabilidade Pública	04	80	46,7	13,3	-	6,7	-	-	66,7	Não existe
DIR04	Direito Administrativo II	02	40	13,3	6,7	-	13,3	-	-	33,3	Direito Administrativo I
MAT01	Matemática Aplicada	04	80	56,7	-	-	10,0	-	-	66,7	Não existe
SOC01	Estado e Sociedade	04	80	50,0	-	-	16,7	-	-	66,7	Não existe
EXT02	Atividade de Extensão II	04	80	-	-	50,0	-	-	16,7	66,7	Não existe
Totais do 3º Período		20	400	196,7	20	50	50	-	16,7	333,4	-

(continuação)

4º Período											
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH a Distância			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Prática Profiss. Superv. (hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Prática Profiss. Superv. (hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)		
AMB01	Gestão Ambiental e Sustentável	02	40	19,9	6,7	-	6,7	-	-	33,3	Não existe
ADM03	Finanças Públicas	04	80	46,7	13,3	-	6,7	-	-	66,7	Não existe
CON04	Controladoria Pública	02	40	30	0,0	-	3,3	-	-	33,3	Não existe
ADM04	Gestão de Pessoas no Setor Público	04	80	36,7	13,3	-	16,7	-	-	66,7	Não existe
ECO03	Economia no Setor	04	80	36,7	13,3	-	16,7	-	-	66,7	Não existe





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

	Público										
ADM06	Gestão Social e Desenvolvimento Regional	02	40	20	-	-	13,3	-	-	33,3	Não existe
ADM02	Empreendedorismo e Inovação no Setor Público	02	40	25	-	-	8,3	-	-	33,3	Não existe
Totais do 4º Período		20	400	215	46,6	-	71,7	-	-	333,3	-

(continuação)

5º Período											
Código SIGA	Disciplinas	Aulas		CH Presencial			CH a Distância			CH Total da disciplina	Pré-Requisitos
		por semana (aulas de 50 min.)	por semestre (aulas de 50 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Prática Profiss. Superv. (hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)	Teórica (em hora 60 min.)	Prática Profiss. Superv. (hora 60 min.)	Extensão (em hora 60 min.)		
ADM05	Marketing Público e Político	02	40	19,9	6,7	-	6,7	-	-	33,3	Não existe
ADM07	Planejamento e Gestão Estratégica	02	40	26,6	-	-	6,7	-	-	33,3	Não existe
CON05	Auditoria Pública	02	40	23,3	6,7	-	3,3	-	-	33,3	Não existe
ADM08	Gestão de Recursos Materiais e Patrimônio	04	80	40,1	13,3	-	13,3	-	-	66,7	Não existe
INF01	Gestão da Informação	02	40	13,3	6,7	-	13,3	-	-	33,3	Não existe
DIR05	Fundamentos do Direito Financeiro e Tributário	02	40	13,3	6,7	-	13,3	-	-	33,3	Não existe
EXT03	Atividade de Extensão III	04	80	-	-	33,4	-	-	33,3	66,7	Não existe
Totais do 5º Período		18	360	136,5	40,1	33,4	56,6	-	33,3	299,9	-

Quadro 05: Componentes curriculares obrigatórios

COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS			
Componentes	CH correspondente em horas-aulas (hora-50 min)	Total CH (hora 60 min)	Pré-Requisitos





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Atividades Complementares	120	100	A partir do 1º semestre do curso
Trabalho de Conclusão de Curso (*)	40	33,3	Ter cursado e obtido êxito em todas as disciplinas até o 4º período.
Total da CH dos componentes	160	133,3	-

(*) O TCC somente poderá ser cursado no último período do curso, conforme Grade Curricular.

Quadro 06: Disciplina optativa (*)

OPTATIVA							
Código SIGA	Disciplinas	Aulas/Semana	Total (aula/semestre)	CH Teórica (hora-60 min)	CH Prática (hora-60 min)	CH Total (hora-60 min)	Pré-Requisitos
LIB01	Fundamentos de Libras	2	40	23,3	10	33,3	Não existe

(*Fundamento: A disciplina optativa é de oferta obrigatória em atendimento ao Art. 3º, §2º do Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.

O estudante pode decidir cursar as disciplinas optativas. Conforme ODP vigente, se o estudante optar por efetivar a matrícula nessa disciplina deverá cursá-la e obter êxito, sendo que, neste caso, a carga horária de Fundamentos de Libras será acrescida à carga horária total do curso no histórico escolar.

Quadro 07: Total da carga horária do curso e total de aulas

Composição do Curso	CH correspondente em horas-aulas (hora-50 min)	Totais em horas 60 min.
Disciplinas (1º ao 5º Período)	1.920	1.600,1
Atividades Complementares	120	100
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (incluir se houver)	40	33,3
Total da Carga Horária do Curso	2.080	1.733,4

2.3. METODOLOGIA

Serão utilizados diferentes métodos no processo de ensino, objetivando proporcionar aprendizagem participativa.

As metodologias de ensino utilizadas no curso visam valorizar:

- os conhecimentos e habilidades prévias dos estudantes;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

- a realidade dos estudantes referentes ao pertencimento social e cultural;
- o trabalho coletivo entre equipe pedagógica, docentes e discentes;
- a adequação dos currículos conforme a realidade local;
- o diálogo entre instituição e comunidade;
- a utilização de metodologias ativas de aprendizagem;
- a interpretação e discussão de conteúdos, conduzindo à aprendizagem significativa;
- a utilização de tecnologias de informação e comunicação;
- a investigação científica, visando ao desenvolvimento de espírito científico, à formação de sujeitos autônomos e cidadãos e ao avanço da ciência e da tecnologia;
- a capacidade individual de aprendizagem de cada estudante;
- a diversificação de estratégias pedagógicas.

Dentro dessa perspectiva, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, serão estimulados:

- desenvolvimento de projetos capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso;
- realização de atividades complementares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional;
- atividades interdisciplinares e contextualizadas, comprometidas com o desenvolvimento do espírito científico;
- visitas técnicas e interpretação e discussão de textos técnicos;
- pesquisas e leituras por meio de acessos a repositórios e bancos de imagens; trabalhos em equipe e de pesquisa, visando a apresentação de seminários;
- relatórios de ensaios e atividades desenvolvidas em aula ou atividade extraclasse;
- execução e apresentação de projetos para desenvolver trabalhos de iniciação científica e tecnológica;
- discussões em grupo mediante a apresentação de um problema, buscando-se a solução;
- estudos de caso;
- outras metodologias ativas e utilização de práticas, ações e recursos exitosos e inovadores, conforme plano de ensino dos professores.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus Gurupi*, a postura do professor se evidenciará como incentivadora e orientadora, garantindo situações que estimulem a participação ativa





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

do estudante no ato de aprender, orientando-o para que possa construir seu próprio conhecimento. Além das aulas expositivas serão incentivados o uso de laboratórios, as atividades práticas, a pesquisa e a extensão.

No processo de interação professor/estudante o diálogo é fundamental. A partir de uma questão problematizadora, o professor expõe o que sabe, procurando relacionar com os conhecimentos prévios e empíricos dos estudantes na busca por resolução da situação-problema que desencadeou a discussão. São apresentadas aos estudantes propostas de atividades desafiadoras que acionam seus esquemas cognitivos. As situações adversas proporcionarão aos estudantes, de forma individual ou em equipe, observar, descrever, relatar, dialogar, debater, ler, escrever, comparar, identificar, diferenciar, analisar, sintetizar, deduzir, concluir, julgar, avaliar, propor, comparar hipóteses, desenvolver projetos e produtos.

Os professores do curso serão incentivados a usar diversos métodos no desenvolvimento dos componentes curriculares, especialmente os que envolvem metodologias ativas, observando sempre as vantagens e as limitações de cada um. O uso dessas metodologias visa a contribuir para que os estudantes desenvolvam autonomia, expandindo as suas potencialidades. No plano de ensino de cada professor, constarão informações sobre metodologias/atividades que serão desenvolvidas.

Os princípios metodológicos para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do *Campus* Gurupi do IFTO, também contemplam o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para apoio ao ensino presencial. A utilização de recursos tecnológicos no processo de ensino é cada vez mais necessária, pois torna a aula mais atrativa, proporcionando aos estudantes uma forma diferenciada de ensino.

Quanto às temáticas étnico-raciais, ambiental e direitos humanos estão contempladas em ementas e em competências de várias disciplinas, conforme segue:

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP n.º 1 de 17/06/2004) está presente como conteúdo nas disciplinas Introdução ao Estudo do Direito (1º período); Direitos Humanos e Políticas Públicas (2º período); Estado e Sociedade (3º período).

Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27/04/1999 e Decreto n.º 4.281 de 25/02/2002) será trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial nas disciplinas Direitos Humanos e Políticas Públicas (2º período); Ética na Administração Pública (3º período); Gestão Ambiental e Sustentável (4º Período).

Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP n.º 8, de 6/03/2012, que originou a Resolução





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

CNE/CP n.º 1 de 30/05/2012), está presente como conteúdo nas disciplinas Direitos Humanos e Políticas Públicas (2º período); Estado e Sociedade (3º período); Gestão Social e Desenvolvimento Regional (4º período).

Ressalta-se a possibilidade de oferta de disciplinas isoladas, fora da periodização sequencial do curso, a fim de atender possíveis interrupções na oferta da grade, a exemplo de cursos de verão e outros dispositivos legais que atendam à ODP-IFTO e às Diretrizes Curriculares Nacionais.

A equipe pedagógica do *campus* acompanhará os docentes na elaboração, execução e avaliação dos planos de ensino para que estejam em consonância com o PPC e com as normas internas do IFTO.

As unidades curriculares serão trabalhadas considerando os conhecimentos e a realidade dos estudantes, buscando-se a interdisciplinaridade, o pensamento crítico para a resolução de problemas, a criatividade e a inovação.

A participação dos estudantes em atividades internas e externas ao *campus*, como atividades de pesquisa e inovação, extensão, eventos acadêmicos, culturais, esportivos e sociais, será incentivada e oportunizada conforme as condições logísticas e orçamentárias do *campus*. Estudantes serão incentivados a participarem de editais de fomento à iniciação científica.

A ação docente deverá fazer uso de mecanismos didático-metodológicos que superem práticas pedagógicas dicotomizadas, em que os conhecimentos são trabalhados isoladamente. Deve haver a compreensão de que a organização de disciplinas em uma matriz curricular representa apenas um mecanismo de natureza didática que serve para expressar as áreas de conhecimento, considerando a prática de planejamento participativo, em que o trabalho docente seja concebido e vivenciado por meio de ações de trabalho que busquem práticas inter e transdisciplinares.

2.3.1. Disciplina Optativa

Quanto à disciplina Fundamentos de Libras, esta será optativa, em conformidade com o Art. 3º §2º do Decreto nº 5.626/2005. As habilidades, as competências esperadas dos estudantes ao cursarem a disciplina, bem como os conteúdos estão de acordo com a legislação e encontram-se descritos no Apêndice A.

A disciplina optativa é uma possibilidade de complementação da formação acadêmica, não havendo obrigatoriedade de cumprimento para a integralização da carga horária mínima do curso. Será ofertada respeitando-se todos os procedimentos estabelecidos no Regulamento da Organização Didático-





pedagógica do IFTO, vigente.

2.3.2. Prática Profissional Supervisionada

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus Gurupi* constam atividades práticas profissionais supervisionadas desde o primeiro período, sendo desenvolvidas em diversos ambientes de aprendizagem, de forma que os estudantes possam relacionar fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos com a prática profissional.

Assim, foi destinada parte da carga horária de várias disciplinas para que os estudantes, por meio de experiências práticas, preparem-se para enfrentar o desafio da aprendizagem permanente. Essas práticas serão desenvolvidas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas e à resolução de situações-problema características do cotidiano profissional com encaminhamento para solução de problemas identificados. A carga horária prática poderá ser enriquecida com tecnologia de informação, narrativas orais e escrita de professores, produções dos estudantes, situações simuladoras e estudo de casos, entre outros.

Essas práticas, visando atender à Resolução CNE/CP n.º 1/2021, são orientadas pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico, possibilitando ao educando preparar-se para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente. Serão desenvolvidas com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira.

Os professores das disciplinas que envolvem carga horária de prática profissional supervisionada serão responsáveis por supervisionar todo o desenvolvimento dessas atividades e manter as evidências de seu cumprimento compartilhadas com a coordenação do curso. Especificarão em seu Plano de Ensino e registrarão no Plano de Aula quais atividades estão sendo desenvolvidas, incluindo todos os detalhes sobre seus objetivos, planejamento, execução e avaliação.

Conforme consta na ODP-IFTO, vigente, o NDE e a coordenação do curso são corresponsáveis pela execução e avaliação do projeto do curso e, por conseguinte do planejamento, execução e avaliação das práticas profissionais supervisionadas.

Essas práticas também serão registradas pelos estudantes em portfólio de forma a evidenciar a sua aprendizagem.





2.3.2.1. Visitas técnicas

As visitas técnicas constituem-se em mecanismos didáticos, possibilitando a revisão dos conceitos teórico-metodológicos, bem como a expressão do diálogo produzido em sala de aula. Diante desse contexto, considerando que a visita técnica atua como ferramenta complementar de grande relevância para a formação acadêmica, o curso adotará esse recurso como método integrante para a consolidação do saber.

As visitas técnicas não são obrigatórias, mas poderão ser formuladas e estruturadas de acordo com o tema de estudo de forma coerente ao planejamento dos componentes curriculares envolvidos e se relacionando com os objetivos de ensino dos professores.

Assim para colocar em prática a realização das visitas, o docente deverá obedecer à elaboração das seguintes etapas: 1) Projeto; 2) Planejamento; 3) Execução; 4) Avaliação.

Será incentivado que em visitas técnicas com duração de mais de um dia ou para outras regiões ou estados, essas ocorram com caráter interdisciplinar, envolvendo, no mínimo, dois professores, sendo um professor como responsável e um corresponsável.

O projeto será submetido à avaliação e aprovação do colegiado do curso. Caberá ao colegiado de curso o julgamento dos casos omissos, bem como a participação direta nas atividades de planejamento da visita técnica.

2.3.3. Disciplinas que Possuem Carga Horária a Distância

Algumas disciplinas ofertadas terão parte de sua carga horária ministrada na modalidade a distância, com atividades síncronas e assíncronas por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA). O professor constará de seu plano de ensino os detalhes sobre essas atividades e as datas de realização das atividades a distância.

No primeiro mês do primeiro semestre letivo, estudantes que necessitarem receberão capacitação para a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) *Moodle*.

Conforme Resolução Consup/IFTO n.º 46, de 6 maio de 2021, Art. 13, os atores envolvidos diretamente com a execução do curso ou com o componente curricular a distância em oferta, quando solicitados, deverão participar de capacitação e de atualização específica para o desempenho da função.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

A sala de aula no AVA institucional será planejada e organizada pelo professor do componente curricular, observando direitos autorais dos materiais didáticos e das atividades, bem como quanto ao uso de imagens, conforme legislação.

Por meio das aulas no AVA *Moodle*, os estudantes terão acesso ao Plano de Ensino e serão orientados e incentivados pelos docentes à leitura de materiais como livros e demais materiais digitais e vídeos, bem como à participação em atividades.

Como forma de interação entre estudantes e docentes serão utilizadas ferramentas como fórum de dúvidas, *chat* e outras disponibilizadas no *Moodle*, podendo haver outras ferramentas externas de interação, como *e-mails*, aplicativos ou outros, desde que sua utilização seja de uso admitido para os cursos do IFTO.

Considerando que o quantitativo de estudantes da turma não é grande (40 vagas), como costuma ocorrer em cursos ofertados totalmente a distância que envolvem diversos polos, os estudantes deste curso terão apoio de tutoria do próprio docente responsável pelo componente curricular no que tange às atividades a distância. Maiores detalhes sobre como essas aulas e tutoria ocorrerão, constarão no plano de ensino e de aula. Outros detalhes sobre o perfil e a forma de atuação do professor no papel de tutor a distância constam no item deste PPC que trata do Perfil do Tutor a Distância.

Detalhes sobre o perfil do docente tutor e suas atribuições, bem como sobre o AVA, sobre o ambiente de acesso às TICs e sobre a forma de aplicação das atividades avaliativas dessas disciplinas encontram-se em locais próprios deste PPC.

2.3.4. Atividades de Extensão

2.3.4.1. Atividades de extensão curriculares

A extensão no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública se encontra inserida no currículo de forma a atender ao disposto na Resolução CNE/CES n.º 7 de 18 de dezembro de 2018 e na Resolução Consup/IFTO n.º 28, de 4 de fevereiro de 2021, que preveem no mínimo 10% da carga horária do curso para essa atividade. Assim, foram destinadas, no mínimo, 200,1 horas para o planejamento, execução e avaliação de atividades de extensão inseridas na carga horária de disciplinas, conforme observa-se na grade curricular.

Por meio da extensão, estabelecem-se mecanismos que inter-relacionam o saber acadêmico e o popular, bem como as ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias e com entidades da sociedade civil. As atividades ocorrerão com a participação dos estudantes em ações integradas





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

projetadas de acordo com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades.

Essas atividades visam contribuir para a formação integral do estudante; estabelecer diálogo construtivo com setores da sociedade e promover compromisso social, em especial, no que tange à comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, questões étnico-raciais e indígenas. Visam também promover reflexões sobre ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; o incentivo à atuação da comunidade acadêmica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, e a construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável com a realidade brasileira.

Em atendimento à Resolução Consup/IFTO n.º 28, de 4 de fevereiro de 2021, a composição curricular com fins de curricularização da extensão envolvem as seguintes ações, sempre com atividades dos acadêmicos orientadas por professores e, de forma colaborativa, por técnicos administrativos em educação, direcionadas e aplicadas à comunidade externa, de acordo com o perfil de formação:

I - programas: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter continuado, multidisciplinar e integrado às atividades de pesquisa e/ou de ensino e inovação;

II - projetos: conjunto de atividades processuais contínuas, desenvolvidas por prazos determinados, com objetivos específicos, podendo ser vinculados ou não a um programa;

III - cursos: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou a distância, planejada para atender às demandas de um determinado público, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos;

IV - eventos: ação que tem por objetivo promover e divulgar o fazer institucional com a participação de público interno e externo; e

V - prestação de serviços: toda espécie de atividade ou trabalho lícito, material ou imaterial, contratada mediante contrapartida ou não, excluídas as relações de emprego e outros serviços regulados por legislação específica.

As atividades direcionadas à execução de programas e projetos relacionados à Curricularização da Extensão serão cadastradas no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) em Edital de Fluxo Contínuo Específico da Curricularização.

O cadastro dos projetos de extensão no SUAP será realizado pelo docente do componente curricular, sendo este o coordenador e responsável pelo desenvolvimento das atividades.

As atividades de extensão serão planejadas antes do início do semestre de sua oferta para agilizar o processo de cadastro, validação e homologação no respectivo semestre de oferta.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Os registros das atividades relacionadas a cursos, prestação de serviços e eventos deverão ser cadastrados pelo docente responsável pela atividade nos respectivos sistemas vigentes no IFTO.

A Resolução Consup/IFTO n.º 28, de 4 de fevereiro de 2021 estabelece que os professores irão propor, executar e acompanhar as atividades de extensão bem como acompanhar e avaliar o desenvolvimento dessas atividades pelos estudantes.

Os professores das disciplinas que envolvem carga horária de extensão manterão registradas informações sobre seus objetivos, planejamento, execução e avaliação. Deverão supervisionar todo o desenvolvimento dessas atividades; manter as evidências do seu cumprimento compartilhadas com a coordenação do curso; especificar em seu Plano de Ensino; e registrar no Plano de Aula os detalhes sobre seus objetivos, planejamento, execução e avaliação.

As atividades de extensão deverão ser avaliadas regularmente quanto à frequência e aproveitamento dos estudantes e quanto ao alcance e efetividade de seu planejamento, por meio de um processo de autoavaliação.

Conforme parágrafo único do Artigo 7º da Resolução CONSUP/IFTO n.º 28, de 4 de fevereiro 2021, o Estágio, o Trabalho de Conclusão de Curso (mesmo quando resultante de práticas de extensão) e as Atividades Complementares não serão computados para integralizar a carga horária da extensão porque cada um desses componentes curriculares possui limites próprios de cargas horárias e elas não geram compensação entre si.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) promoverá a avaliação das atividades de extensão, que servirá como base para construção de indicadores de alcance e efetividade, orientados pela Pró-Reitoria de Extensão e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme os processos a ser adotados pelo IFTO durante a implantação da curricularização.

Demais disposições sobre atribuição dos atores envolvidos e sobre procedimentos para a realização dessas atividades encontram-se no Regulamento da Curricularização da Extensão nos cursos de graduação presenciais e a distância do Instituto Federal do Tocantins (Resolução Consup/IFTO n.º 28, de 4 de fevereiro de 2021).

2.3.4.2. Atividades de extensão extracurriculares

No decorrer do curso será possibilitado aos estudantes participar em outras atividades de extensão, além das que se encontram previstas na grade curricular do curso. Como exemplo dessas atividades podemos citar os editais promovidos pela Pró-reitoria de Extensão (Proex/IFTO) que envolvem a extensão





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

e também algumas das atividades possibilitadas pelo Identidade-IFTO.

A participação com projetos que concorrem a editais específicos para a extensão será formalizada por meio de processos institucionais já existentes, com ou sem o incentivo de bolsa ou por meio da participação, proposição e/ou organização de atividades de extensão no formato de programa, projeto, evento, cursos, prestação de serviços e visitas técnicas.

A participação de estudantes em extensão extracurricular não é obrigatória, mas é importante para a construção crítica e investigativa no ensino superior, obedecendo, assim, ao princípio de que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis (Art. 53/ LDB – 1996).

Conforme ODP, vigente, os comprovantes de participação em atividades de extensão extracurriculares poderão ser utilizados para comprovar carga horária de atividades complementares.

Dessa forma, a integração deste “tripé” se dará também por meio de ações promovidas pelo IFTO.

2.3.5. Atividade de Pesquisa

A pesquisa fará parte da prática pedagógica deste curso como mecanismo de aprofundamento do ensino. Estudantes serão incentivados à pesquisa, utilizando métodos qualitativos e quantitativos de investigação científica em seus estudos. A pesquisa será incentivada enquanto recurso didático dos componentes curriculares.

Os projetos que envolvam pesquisa com seres humanos deverão conter na sua elaboração uma seção/item sobre seus aspectos éticos, devendo ser anexado parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), credenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme os termos da Portaria 466/96, do Conselho Nacional de Saúde.

É condição indispensável para o credenciamento das instituições com atividade de ensino ou pesquisa com animais a constituição prévia de Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs).

O IFTO possui CEUA e CEP composto por servidores e comunidade externa (Resolução n.º 25/2015/CONSUP/IFTO e Resolução n.º 06/2019/CONSUP/IFTO).

2.3.6. Monitoria

O exercício da monitoria de estudante matriculado na graduação é vinculado a uma disciplina. Visa proporcionar participação ativa aos estudantes no âmbito de uma unidade curricular, sob orientação





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

de um docente responsável, com objetivo de contribuir para a melhoria do ensino, promover cooperação acadêmica entre estudantes e professores e fomentar a iniciação à docência.

Para seleção de monitores, o *campus* lançará editais de seleção, amplamente divulgados, com a devida regulamentação do funcionamento do programa.

A organização da monitoria seguirá regras constantes na ODP vigente do IFTO.

2.3.7. Atividades Acompanhadas

O regime especial de atividades acompanhadas é um processo que envolve tanto a família quanto a instituição e possibilita ao estudante realizar atividades acadêmicas quando houver impedimento de frequência às aulas.

As atividades acompanhadas caracterizam-se pela execução, em condições específicas, de atividades designadas pelos professores e realizadas pelo estudante que, se cumpridas a contento, compensarão as ausências nas aulas. Essa atividade é concedida ao estudante o qual estará amparado pelo Decreto-Lei n.º 1.044/1969 e Lei nº 6.202/1975.

O estudante no regime de atividades acompanhadas poderá receber orientação acadêmica fora da instituição, dentro das possibilidades do *campus*. Poderão solicitar a realização de atividades acompanhadas os estudantes regularmente matriculados no IFTO e que atendam às condições especificadas no Regulamento da ODP-IFTO que também se encontra disposto sobre os processos para o requerimento.

2.3.8. Ações para Evitar a Retenção e Evasão

O IFTO desenvolve várias estratégias e ações para diminuir a retenção e a evasão.

Podemos destacar:

a) Ensino Pesquisa e Extensão: discussão da avaliação, reforço escolar, monitoria, nivelamentos, acessibilidade metodológica e instrumental e programas com bolsas para os estudantes: Extensão, Pesquisa e Ensino;

b) Assistência e acompanhamento estudantil: auxílios financeiros por meio de bolsas, intervenção da equipe multiprofissional, como apoio psicopedagógico, psicólogos, pedagogos, assistente social, enfermeiros, médicos, dentistas e nutricionistas; Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE);





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

c) Atividade Extraclasse: esportes, cultura, lazer, arte, pesquisa, extensão, olimpíadas, participação em centros acadêmicos, em intercâmbios nacionais e internacionais e em ações inovadoras como Semana Integrada de Ciência e Tecnologia de Gurupi (SICTEG), Semana Acadêmica de Gestão Pública, Mostra de Trabalhos Acadêmicos, entre outros.

A evasão tem, em suas causas, os mais diversos fatores (internos, externos e individuais). Na pandemia Covid-19, buscando minimizar o impacto do cenário de isolamento social, entre outras variáveis que interferem no engajamento dos estudantes com o ensino, os *campis* da instituição desenvolveram seus Planos Emergenciais de Permanência e Êxito, disponíveis em:

<<[Como forma de evitar a evasão escolar, haverá, por parte da coordenação do curso e por parte do colegiado de curso, um acompanhamento constante do corpo estudantil visando identificar causas da evasão escolar com o objetivo de evitá-la. Essa ação é realizada por meio do acompanhamento da frequência dos estudantes com regularidade, tendo como instrumento o sistema acadêmico. Em casos da ocorrência da desistência de estudantes, será realizado contato pessoal, telefônico ou via e-mail para identificar os motivos reais que os levaram a desistir, de forma a tentar corrigir os problemas que ocasionaram a desistência e o abandono do curso antes de sua conclusão.](http://www.ifto.edu.br/noticias/ifto-elabora-elabora-planos-emergenciais-de-permanencia-e-exito#:~:text=Com%20a%20retomada%20das%20aulas,do%20cen%C3%A1rio%20atual%20de%20isolamento>>>.</p></div><div data-bbox=)

A fim de viabilizar a permanência do estudante no curso, a Instituição garante a assistência aos estudantes carentes de acordo com os programas governamentais de assistência ao educando. Para mitigar a retenção escolar, os estudantes contarão com o auxílio de monitores para os componentes curriculares, bem como, de forma institucionalizada, com o atendimento ao estudante por parte dos professores do curso, os quais possuem carga horária de trabalho alocado para esse fim, conforme Regulamento dos Regimes de Trabalho Docente do IFTO.

A Coordenação de Curso e o Colegiado de Curso, em suas reuniões ordinárias, tratarão dos problemas propondo soluções e acompanhando o andamento das turmas de maneira a evitar ao máximo a evasão e a retenção no curso.

2.3.9. Acessibilidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins é uma instituição de ensino



Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha
77.410-470 Gurupi - TO
(63) 3311-5400
www.ifto.edu.br/gurupi – gurupi@ifto.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

socialmente responsável buscando continuamente o atendimento à acessibilidade em todas as suas acepções.

Em atendimento às dimensões de ações inclusivas estabelecidas pelo INEP/MEC, destacam-se a acessibilidade arquitetônica, atitudinal, pedagógica/metodológica, comunicacional, digital e instrumental no desenvolvimento do curso, as quais representam um diferencial no itinerário formativo, a saber:

- **Acessibilidade Arquitetônica (física):** eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos. Nesse quesito, o *Campus Gurupi* possui rampas, em sua maioria com corrimãos, que permitem o acesso das pessoas com deficiência física aos espaços de uso coletivo da instituição, assim como às salas de aula e aos laboratórios. Há reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades da instituição, bem como banheiros adaptados, que dispõem de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, com barras de apoio nas paredes, nos boxes e em torno das cubas, além de lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas. Além disso, a maior parte dos ambientes do *campus* possui sinalização do piso tátil direcional e de alerta e identificação das salas de aulas e setores administrativos com placas tátil em braille, promovendo a acessibilidade para pessoas com deficiência visual e cegueira.
- **Acessibilidade Atitudinal:** refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Nesse quesito, o *Campus Gurupi* oferece aos estudantes, por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), ações práticas de informação e sensibilização como a realização de palestras, eventos e campanhas de conscientização. As acessibilidades atitudinais serão garantidas também por meio de conscientização entre estudantes, docentes e demais servidores do *campus* envolvidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- **Acessibilidade Pedagógica/Metodológica:** ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.) etc está relacionada diretamente a duas questões: a) à atuação docente – a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e b) a conteúdos curriculares, previstos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) que possibilitam ao estudante o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso. Os docentes e demais servidores do *campus* serão incentivados a buscar a inclusão, garantindo o atendimento à acessibilidade pedagógica/metodológica em suas atividades, de forma a buscar estratégias de aprendizagem que estimulem a relação teoria-prática, inovadoras e que favoreçam a autonomia do estudante. Quanto à concepção do PPC, o NDE e comissão responsável visam atender a todos os requisitos





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

das diretrizes específicas, buscando a formação de estudantes com um perfil atualizado às necessidades profissionais, humanísticas e ambientais. O projeto será constantemente avaliado e aprimorado, conforme encontra-se previsto neste PPC, no item específico que trata de Aprimoramento Contínuo do Projeto do Curso. O *Campus Gurupi* oferece, também, aos estudantes adaptações de atividades; flexibilização do tempo, flexibilização curricular, utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem, como, por exemplo: texto impresso e ampliado para estudantes com baixa visão, material traduzido para libras para alunos surdos entre outros recursos, além de atendimento pedagógico especializado para atender às necessidades educacionais específicas de seus estudantes.

- **Acessibilidade Comunicacional:** Ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, etc. Nesse quesito, o *Campus Gurupi* oferece, por exemplo, aos estudantes surdos a presença do profissional Tradutor/Intérprete de Libras, traduzindo e interpretando da Língua Brasileira de Sinais - Libras, em sua modalidade sinalizada, para a Língua Portuguesa, na modalidade oral e escrita, e vice-versa, em sala de aula ou em outras atividades escolares/acadêmicas, intermediando a comunicação entre os estudantes surdos e ouvintes, incluindo professores, estudantes, técnicos administrativos, funcionários terceirizados e o público externo em geral de forma a viabilizar a acessibilidade comunicacional, além disso, há a oferta da disciplina de Libras para os cursos de nível superior e médio na unidade contribuindo assim para a acessibilidade comunicacional na unidade.
- **Acessibilidade Digital:** Ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos. A acessibilidade digital favorece a comunicação e a interatividade entre professores, estudantes e tutores. Visam, assim, assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar, o que possibilita experiências diversificadas na aprendizagem. Nesse sentido, o *Campus Gurupi* oferece aos estudantes, através de recursos disponíveis no NAPNE, algumas tecnologias assistivas, como por exemplo, a lupa mouse bolinha para ampliação de tela a ser utilizado pelas pessoas com baixa visão ou deficiência visual.
- **Acessibilidade Instrumental:** Ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc. Nesse quesito, o *Campus Gurupi*, através do NAPNE, oferece aos estudantes os seguintes recursos de tecnologia assistiva: tesouras adaptadas; engrossadores de lápis; guia de assinaturas; memória tátil para pessoas cegas, alfabeto em libras; alfabeto em braille; lupa eletrônica para facilitar a leitura de pessoas com baixa visão; lupas manuais, calculadora eletrônica; plano inclinado; reglete e punção; disponibilização de materiais bibliográficos em braille para pessoas cegas.

Serão realizadas palestras, formações pedagógicas e eventos, com previsão no calendário acadêmico que visem à efetivação dessas acessibilidades.

Destacam-se aqui também outras ações. O NAPNE é o setor que articula pessoas e setores para o desenvolvimento das ações de implantação/implementação do TEC-NEP no âmbito interno. Tem como objetivo principal criar na instituição a cultura da "educação para a convivência", aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais. O NAPNE, *Campus Gurupi* do IFTO, tem por objetivo contribuir para a implementação de políticas de acesso, permanência e inclusão de estudantes com necessidades específicas nos cursos de nível básico, técnico, tecnológico e superior.

O NAPNE visa atender não só aos estudantes, mas aos professores e comunidade escolar em parceria com os sistemas estaduais e municipais, bem como a comunidade em geral. Além de buscar estimular a cultura de educação para a convivência, aceitação da diversidade, defendendo e assegurando os direitos previstos em lei e buscando a sensibilização da comunidade acadêmica para a necessidade do acolhimento, da valorização das diferenças e da implementação de ações e práticas inclusivas.

2.4. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visa estimular a pesquisa, a produção científica e o desenvolvimento tecnológico e pedagógico sobre um objeto de estudo pertinente ao curso; permitir a integração dos conteúdos; abordar um tema de relevância social, científica, cultural, política, ambiental, tecnológica e/ou econômica; aprimorar a capacidade de interpretação, de reflexão crítica e de sistematização do pensamento; dentre outros dispostos no Regulamento ODP-IFTO.

O TCC constituirá componente curricular de caráter obrigatório para o curso, com carga horária de 33,3 horas, devendo ser cursado no último período do curso, ou seja, quinto período. A sua carga horária foi acrescentada para além da carga horária mínima do curso prevista no Catálogo Nacional dos Cursos





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Superiores de Tecnologia (CNCST).

O TCC deverá ser escrito de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, estabelecidas para a redação de trabalhos científicos, seguindo as Diretrizes para Elaboração de TCCs do IFTO, será desenvolvido de forma individual, sendo acompanhado por seu orientador e apresentado à banca avaliadora.

O repositório institucional do IFTO está em fase de implementação (Portarias n.º 571 e n.º 849/2020/REI/IFTO e outras que venham prorrogar os trabalhos) e assim que for possível os TCCs serão incluídos no repositório.

Outras informações sobre a orientação, o acompanhamento, o desenvolvimento, a composição de banca, a apresentação e a avaliação do TCC seguirão as normas dispostas no Regulamento ODP-IFTO.

2.5. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

2.5.1. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Não se aplica.

2.5.2. Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório

O Estágio Supervisionado do Curso de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus Gurupi* do IFTO é oferecido na modalidade Não Obrigatório, ou seja, como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória para a integralização do curso, devendo constar no histórico escolar do estudante. Estudantes poderão realizar Estágio Curricular Supervisionado Não obrigatório desde que sejam informados e combinados com antecedência com a coordenação do curso, verificando-se as possibilidades do IFTO.

O Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório deverá ser orientado e acompanhado desde o início e quando optado pelo estudante passará a ser regulamentado pelas mesmas normas previstas aplicadas ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, conforme disposto no Art. 283, parágrafo único da ODP vigente.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

2.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares visam aprimorar os conhecimentos dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e incentivando a autonomia na prática de estudos, ampliando os conhecimentos teóricos e práticos, podendo proporcionar experiências transversais em diferentes áreas do campo educacional.

No Curso Tecnólogo em Gestão Pública, do *Campus* Gurupi, constituem componente curricular obrigatório, com carga horária mínima de 100 (cem) horas. A sua carga horária foi acrescentada para além da carga horária mínima do curso prevista no CNCST.

Serão aceitas atividades que forem ofertadas pelo *campus* ou por outros órgãos/instituições, desde que a carga horária tenha sido cumprida e comprovada. O estudante poderá, ainda, participar de projetos de iniciação científica, como bolsista ou voluntário, e de cursos de extensão, como colaborador ou estudante, o que incrementará sua formação profissional. Também será considerada a participação em atividades realizadas nas datas comemorativas previstas no calendário escolar do curso.

As atividades complementares deverão ser realizadas em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento da Organização Didático-pedagógica do IFTO, em vigência, e demais atos administrativo-pedagógicos emitidos pelo *campus*.

Poderão ser aproveitadas atividades complementares realizadas pelos acadêmicos, tais como cursos de pequena duração, seminários, fóruns, congressos, simpósios, palestras, dias de campo, visitas técnicas e outras atividades que articulem o currículo do curso a temas de relevância social, local e/ou regional e potencializem recursos materiais, físicos e humanos disponíveis.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas e descrição das atividades desenvolvidas, sendo considerada somente a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do estudante no curso. As atividades complementares são divididas nos seguintes tipos: atividades de ensino, pesquisa, extensão e socioculturais. As especificidades de cada tipo de atividade constam no referido regulamento presente na ODP.

As Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo de sua formação, como forma de incentivar sua inserção em outros espaços acadêmicos, científicos e culturais e poderão ser cumpridas também durante o período de férias escolares e trancamentos de períodos.

As Atividades Complementares desenvolvidas fora da instituição, durante o período de matrícula do estudante no IFTO, serão validadas a partir das diretrizes estabelecidas após verificação realizada pelo





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

professor supervisor de sua compatibilidade com as finalidades do curso e com o este Projeto Pedagógico.

O grau do curso só poderá ser concedido ao estudante após a integralização da carga horária referente às Atividades Complementares, mesmo que o estudante tenha concluído todos os componentes curriculares regulares e obrigatórios.

2.7. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Os critérios e valores de avaliação adotados pelo professor, bem como o plano de ensino, serão, obrigatoriamente, explicitados aos estudantes na aula inicial da unidade curricular e deverão também estar disponíveis no sistema acadêmico. A Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021, em seu Capítulo XIII, estabelece que:

Art. 45. A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão contínua para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo diagnóstica, formativa e somativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, na perspectiva do desenvolvimento das competências profissionais da capacidade de aprendizagem, para continuar aprendendo ao longo da vida.

Parágrafo único. As instituições de Educação Profissional e Tecnológica podem, respeitadas as condições de cada instituição e rede de ensino, oferecer oportunidades de nivelamento de estudos, visando a suprir eventuais insuficiências formativas constatadas na avaliação da aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem será planejada pelos professores de forma a ser instrumento de verificação da aprendizagem, com abordagem a conteúdos, habilidades e competências, visando ao desenvolvimento e à autonomia do estudante.

Será formativa, integral, processual e contínua, tendo como parâmetros os princípios do Projeto Pedagógico Institucional do IFTO e os objetivos gerais, específicos e o perfil do egresso expressos no PPC.

Serão utilizados instrumentos avaliativos que possibilitem ao professor observar e registrar o desempenho dos estudantes nas atividades desenvolvidas. Esses instrumentos deverão contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, reorientando-os diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas, reconhecendo as formas diferenciadas de aprendizagem, em seus diferentes processos, ritmos, lógicas, de forma que o professor exerça o seu papel de orientador e mediador no processo educacional.

Avaliações diversificadas serão previstas no plano de ensino.





Como exemplo temos:

- I – observação contínua;
- II – trabalhos individuais e/ou coletivos;
- III – provas escritas e orais, individual ou em equipe, com ou sem consulta;
- IV – verificações individuais ou em grupos;
- V – arguições;
- VI – seminários;
- VII – visitas;
- VIII – resolução de exercícios;
- IX – execução de experimentos ou projetos;
- X – relatórios referentes aos trabalhos, experimentos e visitas;
- XI – trabalhos práticos;
- XII – produção científica, artística ou cultural;
- XIII – desempenho e participação em atividades propostas; e
- XIV – outros instrumentos pertinentes à prática pedagógica.

As disciplinas que possuem parte de sua carga horária a distância atenderão às normas do Regulamento da ODP de cursos de graduação a distância do IFTO, no que se refere à orientação de que 60% da nota, no mínimo, serão compostos por avaliações presenciais.

A aprovação do estudante em unidade curricular dar-se-á mediante nota superior ou igual a 6,0.

Informações adicionais sobre etapas, instrumentos e demais procedimentos sobre avaliação são detalhados no Regulamento da Organização Didático-pedagógica do IFTO, em vigência.

2.8. CERTIFICAÇÃO

O IFTO expedirá diploma de Tecnólogo em Gestão Pública nos termos das normas vigentes do IFTO que tratam de expedição de Certificado, Diploma, Histórico Escolar e Livro de Registro.

Serão diplomados os estudantes que concluírem todos os componentes curriculares que compõem o projeto pedagógico. É obrigatória a colação de grau pelo estudante.

O diploma será emitido respeitando-se a flexão de gênero.





3. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO E TERCEIRIZADOS

3.1. PERFIL DO COORDENADOR DE CURSO

O(A) coordenador(a) do Curso Tecnólogo em Gestão Pública do *Campus Gurupi* será um(a) docente do curso que esteja vinculado(a), preferencialmente, ao regime de trabalho docente de dedicação exclusiva.

Conforme o Regulamento da Organização Didático-pedagógica do IFTO, vigente, o Coordenador de Curso é o professor responsável, com o NDE, do qual será presidente, por gerir o curso sob sua responsabilidade.

A escolha do(a) coordenador(a), assim como suas atribuições e demais procedimentos, deve estar em conformidade com o Regulamento ODP em vigência.

Dentre outras características atitudinais expostas na ODP, o(a) coordenador(a) de curso deverá apresentar:

- Disponibilidade e publicidade de horários de atendimento aos responsáveis e aos discentes;
- Relação satisfatória e tratamento cordial com os docentes, os técnico-administrativos e os discentes;
- Capacidade de mediação, de intervenção, de enfrentamento de problemas administrativos e pedagógicos, e proatividade;
- Responsabilidade e impessoalidade no trato com os docentes, os técnico-administrativos e os discentes;
- Dignidade, respeito e decoro com o cargo.

3.2. PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente previsto para o curso é adequado, visto que sua formação e titulação demonstra capacidade para ministrar os componentes curriculares, fomentando o raciocínio crítico, a produção de conhecimentos, a formação de grupos de estudos e de pesquisa.

As atribuições do corpo docente encontram-se descritas no Regulamento ODP-IFTO em vigência.

Quadro 08: Docentes que ministram componentes curriculares no curso





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Docentes*	Formação	Titulação	Regime de Trabalho	Link para Lattes
Adelma Ferreira de Souza	Sociologia	Doutora	40h	http://lattes.cnpq.br/6953203094308617
Ademil Domingos do Nascimento	Biologia	Mestre	DE	http://lattes.cnpq.br/5796073468092493
Antonio Carlos Gomes Rêgo	Contabilidade	Mestre	DE	http://lattes.cnpq.br/3810404981834430
Claudio de Oliveira Rodrigues	Ciência da Computação	Especialista	DE	http://lattes.cnpq.br/9658490933883124
Jheffersom Donner da Silva	Administração	Especialista	DE	http://lattes.cnpq.br/0550497245390681
José Wellington Abreu Pereira	Administração	Mestre	DE	http://lattes.cnpq.br/4675827929448432
Leide Lene Santos Silva	Letras	Mestre	DE	http://lattes.cnpq.br/2840134962817018
Michele Pereira Vilas Novas	Letras	Especialista	DE	http://lattes.cnpq.br/2915971000017503
Milene Lopes dos Santos Queta	Educação Física	Especialista	DE	http://lattes.cnpq.br/5548502026210222
Paulo Sérgio Rocha Lima	Administração	Especialista	DE	http://lattes.cnpq.br/7137935511959726
Paulo Victor Gomes Sales	Engenharia de Alimentos	Doutor	DE	http://lattes.cnpq.br/3165647792943190
Rafael Adolfo	Filosofia	Doutor	DE	http://lattes.cnpq.br/7972595319309489
Sérgio José da Costa	Agronomia	Doutor	DE	http://lattes.cnpq.br/2329980084547843
Wilmar Borges Leal Junior	Direito	Mestre	DE	http://lattes.cnpq.br/7697279316251362

(*)quadro sujeito a alteração sem que haja necessidade de reapresentação ao CONSUP.

Com o Decreto n.º 9.991/2019, o *Campus Gurupi* passou a elaborar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP, em conformidade com o que estabelece o referido decreto, prevendo: licença para capacitação; programa de pós-graduação *stricto sensu* no País; realização de estudo no exterior, programa de treinamento regularmente instituído e demais eventos de capacitação de curta duração, como cursos, congressos, palestras, seminários, fóruns.

A capacitação pedagógica é ofertada aos docentes na semana de planejamento, denominada Jornada Pedagógica/Andragógica, realizada no início de cada semestre, organizada pela Gerência de Ensino em parceria com a COAPE, com atividades culturais, palestras com convidados internos e externos (com temas como: Diretrizes Curriculares, Integralização Curricular, etc.), oficinas e minicursos sobre Metodologias Ativas, Práticas Inclusivas, *Moodle*, Sistemas Informatizados utilizados no *campus*, entre outros.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

O quadro a seguir apresenta o perfil de formação acadêmica do docente para ministrar cada componente curricular que integra a grade curricular do curso.

Quadro 09: Perfil de formação acadêmica do docente para ministrar os componentes curriculares

Componente Curricular	Perfil de formação acadêmica do docente para ministrar o componente curricular
Teoria Geral da Administração Aplicada à Gestão Pública	Graduação em Administração ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Introdução ao Estudo do Direito	Graduação em Direito ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Português Instrumental	Letras com habilitação em Português e Pós-graduação em qualquer área
Contabilidade Geral	Graduação em Contabilidade e Pós-graduação em qualquer área
Extensão I	Graduação em qualquer área e Pós-graduação em qualquer área
Direitos Humanos e Políticas Públicas	Graduação em Direito, Gestão Pública, Sociologia ou Filosofia e Pós-graduação em qualquer área
Introdução à Economia	Graduação em Economia ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Orçamento Público	Graduação em Contabilidade ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Direito Administrativo I	Graduação em Direito ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Redação Oficial	Graduação em Letras e Pós-graduação em qualquer área
Metodologia do Trabalho Científico	Graduação em qualquer área e Pós-graduação em qualquer área
Ética na Administração Pública	Graduação em Filosofia ou Direito e Pós-graduação em qualquer área
Contabilidade Pública	Graduação em Contabilidade ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Direito Administrativo II	Graduação em Direito ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Matemática Aplicada	Graduação em Matemática, Engenharia, Física e Pós-graduação em qualquer área
Sociologia Política	Graduação em Sociologia, Filosofia ou História e Pós-graduação em qualquer área
Extensão II	Graduação em qualquer área e Pós-graduação em qualquer área
Gestão Ambiental e Sustentável	Graduação em Biologia, Engenharia Ambiental, Administração ou Economia e Pós-graduação na área ambiental
Finanças Públicas	Graduação em Contabilidade, Administração, Gestão Pública ou Economia e Pós-graduação em qualquer área
Controladoria Pública	Graduação em Contabilidade ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Gestão de Pessoas no Setor Público	Graduação em Administração ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Economia do Setor Público	Graduação em Economia, Gestão Pública ou Administração e Pós-graduação em qualquer área
Gestão Social e Desenvolvimento Regional	Graduação em Economia, Administração, Gestão Pública, Contabilidade ou Direito e Pós-graduação em qualquer área
Empreendedorismo e Inovação no Setor Público	Graduação em Administração, Administração Pública ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Marketing Público e Político	Graduação em Administração, Administração Pública ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Planejamento e Gestão Estratégica	Graduação em Administração ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Auditoria Pública	Graduação em Contabilidade ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Gestão de Recursos Materiais e Patrimônio	Graduação em Administração, Administração Pública ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Gestão da Informação	Graduação em Informática, Sistema de Informação, Ciência da Computação ou Informática Geral e Pós-graduação em qualquer área
Fundamentos do Direito Financeiro e Tributário	Graduação em Direito ou Gestão Pública e Pós-graduação em qualquer área
Extensão II	Graduação em qualquer área e Pós-graduação em qualquer área
Fundamentos de Libras	Graduação em Letras: Libras ou Letras: Libras/Língua Portuguesa e Pós-graduação em qualquer área ou Licenciatura em qualquer área e Pós-graduação em Libras

3.3. PERFIL DO CORPO TÉCNICO

Para o desenvolvimento das atividades práticas do curso, o *campus* conta no seu quadro de servidores com técnico-administrativos e com Técnicos de Laboratórios.

O quadro a seguir apresenta o perfil de formação acadêmica dos servidores técnicos:

Quadro 10: Perfil de formação acadêmica dos servidores técnicos

Servidor TAE	Formação		Cargo	Regime de Trabalho
	Graduação	Pós-graduação		
Adriana Machado Santos Serra	Bacharelado em Biblioteconomia	Especialização em Gestão de Arquivos	Bibliotecário	40h
Ana Terra Roos Mendes	Licenciatura em Letras Português e Inglês	Mestrado em Letras	Auxiliar de Biblioteca	40h





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Cintia Ribeiro de Souza	Licenciatura Plena em Ciências Naturais	Mestrado em Produção Vegetal	Técnica em Assuntos Educacionais	40h
Dalcivânia Pereira de Negreiros	Licenciatura em Pedagogia	-	Auxiliar de Biblioteca	40h
Daniela Bezerra de Souza	Tecnológico em Gestão Pública	-	Assistente de Aluno	40h
Diocleciano da Silva Boaes	Bacharelado em Ciências Contábeis e Bacharelado em Direito	-	Técnico em Contabilidade	40h
Douglas Alves Gomes	Bacharelado em Direito	-	Assistente de Aluno	40h
Eder Carvalho Gomes	Bacharelado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	-	Técnico de Tecnologia da Informação	40h
Edineia Barros da Silva Campos	Licenciatura em Pedagogia	Especialização em Orientação Educacional	Pedagoga	40h
Edmundo Costa de Oliveira	Bacharelado em Contabilidade	Especialização em Contabilidade Pública	Assistente em Administração	40h
Elton Saraiva Leite	Bacharelado em Serviço Social	Especialização em Gestão Pública	Assistente Social	40h
Elzani Pereira da Silva	Licenciatura em Normal Superior	Especialização em Gestão Educacional	Assistente em Administração	40h
Fabiula Gomes de Castro	Bacharelado em Direito	Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	Assistente em Administração	40h
Fernando França Naves	Licenciatura em Artes Cênicas	Especialização em Arte Educação	Técnico de Laboratório de Artes Cênicas	40h
Guilherme Oliveira Quintino	Bacharelado em Ciências da Computação	-	Técnico de Tecnologia da Informação	40h
Haynara Alves Cerqueira	Bacharelado em Direito	Especialização em Direito Administrativo	Assistente em Administração	40h
Hesley Alves da Costa Quixabeira	Bacharelado em Ciência da Computação	Especialização em Engenharia de Softwares	Técnico de Laboratório de Informática	40h
Joedna Silva	Bacharelado em Agronomia	Doutorado em Agronomia e Pós-doutorado em Ciências Agrárias	Técnica de Laboratório de Anatomia e Fisiologia Vegetal	40h
José de Freitas Martins Junior	Bacharelado em Agronomia	-	Técnico em Audiovisual	40h
Leila Andrade de Oliveira	Licenciatura em Letras	-	Auxiliar em Administração	40h





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Lucas de Aguiar Dal Molin	-	-	Técnico de Laboratório de Construção Civil	40h
Luciano Gomes da Silva	Bacharelado em Direito	-	Assistente em Administração	40h
Ludimilla da Silva Coelho Muniz	Bacharelado em Ciências Contábeis	Especialização em Gestão Pública Municipal - GPM	Contador	40h
Luicia Ferreira Silva Monte	Bacharelado em Comunicação Social	-	Relações Públicas	40h
Marcio Ferreira Xavier	Bacharelado em Direito	Especialização em Gestão Pública	Assistente em Administração	40h
Mari Alves da Silva Falleiro	Licenciatura em Pedagogia	Mestrado em Letras: Literatura e Crítica Literária	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
Maria Gilda Ribeiro Barbosa	Licenciatura em Geografia	-	Assistente em Administração	40h
Marlise Berwig	Licenciatura em Letras	Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
Michelle Cardoso da Silva	Bacharelado em Direito	-	Auxiliar de Biblioteca	40h
Michelle de Lima Mota	Bacharelado em Biblioteconomia	Especialização em Gestão da Informação em Bibliotecas Digitais	Bibliotecário	40h
Rewrison Alves Morais	Bacharelado em Administração Pública	-	Tecnólogo em Gestão e Negócios	40h
Sérgio Silva de Sousa	Bacharelado em Ciência da Computação	Especialização em Sistemas de Informação e Redes de Computadores	Técnico de Laboratório de Informática	40h
Suelene Soares Carvalho de Albuquerque	Licenciatura em Letras	-	Tradutora e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais	40h
Vanessa Mendes Mattje	Bacharelado em Química Ambiental	Mestrado em Biotecnologia	Técnica de Laboratório de Química	40h
Vilker Nascimento Bezerra de Aquino	Bacharelado em Psicologia	Mestrado em Psicologia	Psicólogo	40h
Viviane Grazielle Metzhka Esper	Licenciatura em Letras Português e Inglês	Especialização em PROEJA	Auxiliar em Assuntos Educacionais	40h





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Weberson Ferreira Dias	Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo	Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado	Assistente em Administração	40h
------------------------	---	---	-----------------------------	-----

Quanto à manutenção e segurança do prédio onde está localizado o *Campus Gurupi* do IFTO, este possui funcionários terceirizados para apoio administrativo para atender às atividades de telefonia, copa, limpeza, manutenção predial, bens móveis, motorista e vigilância patrimonial.

O quadro de terceirizados é regido pelo Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997, que estipula como fase preparatória para contratação de pessoal o processo licitatório. Nesse sentido, o IFTO tem buscado, por meio de licitação, contratar os serviços de apoio administrativo, tais como: copa, recepcionista, artífices de manutenção predial, de asseio e conservação (limpeza) e de vigilância patrimonial armada.

3.4. PERFIL DO TUTOR A DISTÂNCIA

O perfil do tutor a distância é o mesmo do professor da disciplina, pois como já exposto no item Disciplinas que Possuem Carga Horária a Distância, deste PPC, como o quantitativo de estudantes da turma não é grande (40 vagas), os estudantes deste curso terão apoio de tutoria do próprio docente responsável pelo componente curricular no que tange às atividades a distância.

Assim, o próprio professor de disciplina que possui carga horária a distância, além de exercer o papel de professor presencial e a distância, exercerá também o papel de tutor a distância. Irá ministrar as aulas presenciais e as via *Moodle* e irá também acompanhar as atividades a distância, responder observar fóruns, chats, esclarecendo dúvidas e estimulando a participação dos estudantes nas atividades no AVA, enfim, dando suporte a essas atividades. Para tanto, o professor deverá disponibilizar carga horária para o atendimento no papel de tutor a distância em seu Plano Individual de Trabalho - PIT, de forma a contemplar a demanda.

3.5. DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso será composto por atores da educação diretamente relacionados ao curso, são eles: o coordenador do curso, os professores que ministram componentes curriculares ofertados no semestre em execução, os técnico-administrativos em educação que atuem em ambientes didáticos especializados como laboratório didático, unidade de produção e unidade processamento; dois estudantes





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

do curso e seus respectivos suplentes e um representante da equipe pedagógica e seu respectivo suplente.

Haverá reuniões com periodicidade determinada no calendário escolar e registro de suas decisões para ajustar questões relativas ao desempenho do curso, seus estudantes, suas disciplinas e estrutura física do *campus*. Também trata assuntos relativos às atividades públicas promovidas pelo curso, estreitando o relacionamento entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa. As reuniões são devidamente registradas via SEI para que seja possível um sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões.

O funcionamento do Colegiado de Curso, sua composição e suas atribuições seguem o disposto no Regulamento da Organização Didático-pedagógica do IFTO, em vigência.

3.6. DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE se constitui de um grupo de professores com atribuições acadêmicas de acompanhamento que atua no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso, conforme Resolução CONAES n.º 1 de 17 de junho de 2010 e suas alterações.

Todos os cursos de graduação oferecidos pelos *campi* do IFTO instituem seu NDE e asseguram, sempre que possível, estratégia de renovação parcial de seus integrantes, de modo a garantir a continuidade do processo de acompanhamento do curso.

O funcionamento do NDE, sua composição e suas atribuições seguem o disposto no Regulamento da ODP-IFTO, em vigência.

4. AMBIENTES E EQUIPAMENTOS

4.1. SALA DE PROFESSORES

As salas de professores da unidade são espaços compartilhados de 14 m² (Bloco V) e 65,73 m² (Bloco II). A sala do do Bloco V contém: 01 longarina três lugares; 01 mesa redonda em MDF, 05 cadeiras com braços e rodinhas; internet *Wi-Fi*; climatização; 03 mesa de escritório com 02 gavetas em MDF, 01 mesa de centro bege em MDF e capacidade para 04 pessoas.

A sala de professores do Bloco II é dividida em dois espaços, um destinado à convivência e outro à pesquisa e ao planejamento. O espaço de convivência tem 37,42 m², contém 01 mesa grande com 15 cadeiras, 01 refrigerador, 01 bebedouro, 04 armários tipo escaninho com 15 portas e 04 armários em





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

tamanho médio, e ainda conta com dois banheiros exclusivos para os professores com 4,9 m². O espaço de planejamento tem 23,41 m², contém 06 computadores com 06 cadeiras, 01 impressora com *scanner* em rede e 01 armário em tamanho pequeno. Ambos os espaços são climatizados e com internet *Wi-Fi*.

A sala dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais. Contém equipamentos adequados e em número suficiente para os professores, de forma que supre as necessidades institucionais e permite o atendimento a estudantes ou grupos com privacidade. Permite também momentos de descanso e atividades de lazer e integração.

Além disso, o *Campus Gurupi* trabalha em regime de salas temáticas, sendo assim, todas as salas de aula são organizadas para que pequenos grupos de professores sejam os responsáveis na utilização desses espaços para trabalho conforme cronograma de horários. Estas são utilizadas para reuniões de apoio estudantil e reunião de grupos de pesquisa e/ou extensão.

4.2. SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO

A sala da coordenação do curso possui 13,63 m², contendo 02 portas em MDF, duas mesas *Offices* em formato de L, três gavetas, 02 cadeiras sem braço e sem rodas, 02 cadeiras de escritório com braços e com rodinhas, 01 mesa pequena de escritório (2093), sala climatizada, PCs: CPU Amd Phenom II X4 3.2Ghz, Memória 4 Gb, HD 500 Gb – 02, 02 monitores DELL, 02 estabilizadores e capacidade para 04 pessoas.

Trata-se de sala compartilhada no contraturno com a Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos, contendo equipamentos que suprem às necessidades acadêmicas e administrativas. Permite o atendimento a indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica que possibilita formas distintas de trabalho.

4.3. SALAS DE AULA

Há 21 salas de aula temáticas no *campus*, sendo que o quantitativo comporta a oferta estabelecida neste projeto.

O *campus* adotou, desde 2019, o sistema de salas de aula temáticas que consiste num modelo de organização escolar diferenciado das salas de aula tradicionais, pois concebe o ambiente das salas de acordo com a disciplina ou grupo de disciplinas que serão sediadas, ou seja, cada disciplina, ou grupo de





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

disciplinas, possui sua própria sala e os estudantes trocam de sala, ao invés do professor ir de sala em sala a cada vez que a aula acabar. Dessa forma, foi possível agregar ao espaço materiais didáticos pedagógicos e ambientar as salas com a temática das disciplinas ou grupo de disciplinas.

Todas as salas temáticas contêm quadro branco; um quadro para aviso; equipamento de *datashow*; mesa e cadeira para o/a professor/a; 01 armário tipo escaninho com 08 portas e 01 armário em tamanho médio com 02 portas; mesas escolares para os/as estudantes com possibilidade de alternar os braços para atender a demanda dos/as canhotos. Todas estão equipadas com ar-condicionado. São salas arejadas, com excelente iluminação e tem capacidade média para 43 estudantes. Nos corredores, há 100 armários individualizados para os estudantes.

As áreas das salas são: Salas 76 (54,23 m²), 77 (54,08 m²), 78 (54,37 m²), Sala 79 (41,32 m²); Sala 98 (45,71 m²); Sala 99 (39,57 m²); Sala 103 (70,25 m²); Sala 104 (46,31 m²); Sala 105 (54,97 m²); Salas 149 a 151, 153 a 158 e 160 a 162 (56,00 m²).

4.4. AMBIENTES DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

Os laboratórios atendem às necessidades dos estudantes do início ao término do curso, sendo adequados às atividades propostas neste projeto.

Os laboratórios do *Campus Gurupi* passam por avaliações e manutenções periódicas e a quantidade de materiais e equipamentos são condizentes com o espaço e com o número de vagas.

Estes ambientes possuem sinalização visual e tátil, vertical e horizontal, em conformidade com a legislação vigente.

Quadro 11: Ambientes Didáticos Especializados

Ambientes Didáticos Especializados	Área (m ²)
Laboratório de Informática A	81,01
Escritório Modelo	25,00

Para utilização dos Laboratórios do *Campus Gurupi* será necessário o atendimento às normas de funcionamento de cada laboratório a serem descritas nos respectivos regulamentos.





4.4.1. Ambiente Virtual de Aprendizagem

A infraestrutura de tecnologias da informação e comunicação relacionada ao curso possibilita a execução integral do projeto do curso.

O *Moodle* poderá ser utilizado, pois possui recursos e tecnologias apropriadas, possibilitando a interação entre professor e estudante tanto de forma síncrona como de forma assíncrona. Apresenta recursos como *chats*, fóruns, acesso a materiais didáticos e a vídeos, entre outros, permitindo o acompanhamento dos estudantes pelos professores e equipe pedagógica por meio dos relatórios que podem ser gerados.

O *Moodle* possui recursos e tecnologias apropriadas, que permitem a postagem e armazenamento de conteúdos, que poderão facilmente ser acessados pelos estudantes de qualquer local. Permite também a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, bem como possibilita atividades avaliativas periódicas devidamente documentadas, de modo que seus resultados sejam efetivamente utilizados em ações de melhoria contínua.

Conforme DCI-EaD-IFTO (Art. 25), a manutenção e o suporte do curso no AVA institucional serão realizados por coordenador técnico e as demandas deverão ser solicitadas via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) à Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTI).

4.4.2. Laboratórios

Quadro 12: Laboratórios a serem utilizados pelo curso

Nome do Laboratório		Área Física (m ²)	Informar se é Geral ou Específico
1	Laboratório de Informática A	81,01	Geral
2	Laboratório de Informática B	41,03	Geral
3	Laboratório de Informática C	80,80	Específico
4	Auditório Central	740,00	Geral
5	Escritório Modelo	25,00	Específico

4.4.3. Equipamentos Existentes nos Laboratórios

Quadro 13: Equipamentos existentes no laboratório de informática C





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Laboratório de Informática C	Quantidade
Microcomputador Dell OptiPlex 7050; Processador Intel Core i5-7500 3.40GHz; 8GB de RAM; SSD 450GB e Monitor Dell 21,5" P2217H.	33
Bancada	06
Datashow	01
Mesa de Escritório 120x60cm	01
Ar-condicionado	02
Mesa de Escritório em L	01
Cadeira de Escritório	01

Quadro 14: Equipamentos existentes no laboratório escritório modelo

Laboratório Escritório Modelo	Quantidade
Microcomputador HP, Monitor HP e Estabilizador	2
Armário Médio 2 Portas	2
Mesa Simples sem Gaveta	1
Quadro Verde	1
Mesas Simples com 2 Gavetas	3
Mini Armário	1
Mesa Redonda	1
Ar-condicionado Agrassato	1
Cadeiras sem Braço e sem Rodinhas	7
Cadeira com Braços e Rodinhas	1

Os laboratórios e os equipamentos neles contidos são suficientes para a demanda atual do curso. O acesso aos laboratórios é feito preferencialmente na companhia do professor responsável pela aula ou com a presença de algum monitor de disciplina do curso.

O *Campus Gurupi* do IFTO possui um regulamento de funcionamento e utilização dos laboratórios. A atualização tecnológica é feita anualmente, de acordo com a dotação orçamentária da instituição, quando são comprados equipamentos de interesse da área para dar suporte às aulas, às pesquisas





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

e às atividades de extensão executadas pelo corpo docente. Os materiais de consumo são comprados de acordo com as demandas dos componentes curriculares ofertadas no curso.

A manutenção dos equipamentos será realizada de forma preventiva, sendo realizada de acordo com o tipo de equipamento. A manutenção corretiva ocorre sempre que forem detectados problemas nos equipamentos, após a verificação e relato do responsável técnico do laboratório ou do coordenador do curso.

As instalações e equipamentos do *campus* e a acessibilidade são suficientes para atender aos estudantes do início ao término do curso.

4.5. BIBLIOTECA

A Biblioteca do *Campus* Gurupi, Biblioteca José Alencar Gomes da Silva, tem um total de 540 m² de área construída, totalmente climatizada e funciona em período ininterrupto de segunda a sexta-feira das 7:30h às 21:00h. Conta com 5 servidores, sendo duas auxiliares de biblioteca, uma assistente em administração e duas bibliotecárias e atende discentes, docentes, servidores técnico-administrativos, colaboradores terceirizados do *Campus* Gurupi e a comunidade em geral (para esta última o atendimento se restringe, apenas, a consulta e estudo local). No seu acervo há materiais de todas as áreas do conhecimento.

Para segurança, o acervo é equipado com sistema de tecnologia por radiofrequência-RFID e para minimizar o nível de barulho e promover a educação sonora, utiliza-se o Indicador Autônomo de Níveis de Ruído – EIANR, nas salas destinadas ao estudo em grupo.

O setor de biblioteca é regido por regulamento próprio. Este aprovado pelo Conselho Pedagógico do *Campus* Gurupi e Direção-geral do *Campus*, disponível para consulta *in loco* ou pelo portal do *campus* Gurupi.

O acervo da biblioteca é composto por: livros, folhetos, periódicos, coleções de referências, DVDs, CDs, etc. O acervo está organizado de acordo com a Classificação Decimal Dewey – CDD, 23^o ed. e catalogação, Código de Catalogação AngloAmericano. Como recurso digital a biblioteca do *Campus* Gurupi possui o “Sophia Biblioteca”, que é um sistema de gerenciamento de dados, que permite desenvolver as principais atividades de uma biblioteca de forma on-line. A biblioteca oferece ainda os serviços de empréstimo, devoluções, consultas, orientação na normalização bibliográfica, reservas, renovação, visita orientada e acesso à internet, rede sem fio (*wi-fi*) na forma presencial, há ainda os serviços *on-line*: reserva, pesquisa de títulos e renovação, emissão de nada consta, levantamentos bibliográficos,





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

DSI e elaboração de fichas catalográficas e acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Na questão da acessibilidade há fixação de placas em braile nas portas dos ambientes do *campus*. Os espaços também contam como pisos táteis de alerta e direcional contribuindo na locomoção das pessoas com deficiência visual. Na entrada do bloco administrativo há um mapa tátil que descreve a posição de cada espaço do bloco, dentre eles, a biblioteca.

O acervo físico encontra-se tombado e informatizado; e sua atualização é feita anualmente, de acordo com a dotação orçamentária disponível para compra, quando são adquiridos exemplares de acordo com as demandas dos cursos, para dar suporte às aulas, às pesquisas e às atividades de extensão executadas pelo corpo docente e discente.

O acervo virtual é oferecido mediante assinatura de contrato da Biblioteca *Virtual Pearson* que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da Instituição de Ensino Superior (IES). O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das Unidades Curriculares (UC).

Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

Nos casos dos títulos virtuais há garantia de acesso físico na IES com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, que complementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

A biblioteca possui sala de estudo individual com cabines individualizadas com tomadas para ligação de notebooks. Possui 6 computadores disponíveis aos estudantes realizarem suas pesquisas. E também terminal específico para pesquisa e consulta ao acervo.

Possui área de recepção, onde é realizado o atendimento ao público, salão de acervo geral; sala para coordenação e processamento técnico do acervo; sala de estudo individual e sala para estudo coletivo; computadores com acesso à internet; sala de vídeo. A divisão dos espaços está assim estruturada: total de





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

assentos: 80; possui 02 salas para estudo em grupo, com 13 mesas redondas; 01 salão para acervo geral, com 20 estantes duplas faces para livros; 01 área para exposição e espera, com sofá para leitura e expositor de periódicos; 01 sala para periódicos, com 03 armários e 01 estante; 01 sala para processamento técnico e coordenação; 01 área com 06 computadores para acesso à internet, também disponibiliza internet sem fio (*wireless*); 01 sala com 22 cabines para estudo individual; 01 sala de vídeo com 20 assentos; 01 área para guarda-volumes, com 8 armários do tipo fechado, totalizando 64 escaninhos e 02 armários do tipo aberto, com 30 escaninhos.

4.6. REFEITÓRIO

No *Campus* Gurupi há um refeitório de 41,79 m², junto ao espaço de convivência, devidamente equipado com mesas e cadeiras.





4.7. ESPAÇO DE VIVÊNCIA DISCENTE

O espaço de vivência discente do *Campus* Gurupi atende aos estudantes do *campus* e possui condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme Decreto 5.296/2004. Possui, também, um NAPNE, com trabalho voltado especificamente às políticas de acessibilidade.

As instalações físicas do *Campus* possuem rampas em sua maioria com corrimãos, que permitem o acesso das pessoas com deficiência física aos espaços de uso coletivo da instituição, assim como às salas de aula e aos laboratórios.

Há reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades da instituição, bem como banheiros adaptados, que dispõem de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, com barras de apoio nas paredes, nos boxes e em torno das cubas, além de lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas.

4.8. AMBIENTE DE ACESSO ÀS TICS

O *Campus* Gurupi do IFTO conta, atualmente, com 3 laboratórios de Informática dedicados ao uso lógico, isto é, para manuseio de softwares diversos, como também para acesso à internet. Consta a seguir a capacidade de atendimento dos laboratórios do *Campus*.

Quadro 15: Laboratórios e Equipamentos existentes

Bloco IV			
Ambientes	Projetores	Computadores	Área (m²)
Laboratório de Informática A	Possui projetor multimídia	37	81,01
Laboratório de Informática B	Não possui projetor multimídia	19	41,03
Laboratório de Informática C	Possui projetor multimídia	32	80,80
Total Geral		88	202,84





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Todos os laboratórios possuem acesso à internet, banda larga, além do *wi-fi* gratuito aberto à comunidade do *campus*. Os laboratórios estão equipados com *datashow*, quadro branco, tela de projeção, ar-condicionado, programas disponibilizados nos computadores. O número previsto de estudantes por computador é de 1 estudante. O laboratório pode ser reservado por qualquer servidor do *campus* via sistema eletrônico.

5. APRIMORAMENTO CONTÍNUO DO PROJETO DE CURSO

A coordenação do curso adotará como mecanismo de acompanhamento acadêmico e administrativo os resultados obtidos por meio das avaliações no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): resultados obtidos de avaliações da CPA, resultados e recomendações extraídas de relatórios dos avaliadores do MEC/INEP e resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Considerando-se esses resultados, serão propostas ações que visem corrigir aspectos não satisfatórios.

A avaliação do curso será objeto de constante atenção por parte da coordenação do curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Contemplará, além do curso em si, a articulação deste com o mercado de trabalho em contraste com a formação do estudante, incluindo todo o pessoal e todas as instâncias envolvidas: curso, estudante, professor, gestores, instituição, interação com os APLs.

No âmbito do IFTO, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que pertence à estrutura administrativa da instituição, tem como função a avaliação acadêmica e administrativa. Realizará avaliações institucionais, cujos resultados serão aproveitados para as intervenções de melhoria nas condições de oferta do curso. A CPA é composta pelos representantes docentes, dos estudantes e dos técnicos administrativos. Realiza avaliação interna da instituição através da aplicação de questionários e outros instrumentos, disponibilizando para a comunidade interna os resultados das avaliações realizadas, bem como incentiva o desenvolvimento de planos de ação para melhorias.

A coordenação deste curso, bem como seu respectivo colegiado e Núcleo Docente Estruturante buscarão o acompanhamento contínuo no sentido de munir-se de informações para melhorar o projeto do curso e a formação profissional para atuação local, regional, estadual e nacional. Encontros de egressos, bem como reuniões com as representações estudantis (Centros Acadêmicos - CAs) também são uma prática constante no processo de avaliação do PPC.

Ao final de cada semestre letivo, a Coordenação de Curso deverá atuar ao processo principal do





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

PPC os seguintes relatórios: Relatório sobre acesso, Relatório sobre permanência estudantil, Relatório sobre êxito estudantil, Relatório da formação continuada do corpo docente e técnico especializado, e Relatório sobre infraestrutura.

Outras avaliações poderão ser criadas de forma que permita alcançar excelência na gestão e funcionamento do curso e na formação profissional dos estudantes. Após a coleta de indicadores, serão realizadas reuniões com professores, estudantes e demais agentes formadores envolvidos para a discussão de resultados da avaliação prévia, definição de medidas de superação de problemáticas e planejamento de interferências que subsidiem os ajustes necessários.

Antonio da Luz Júnior
Reitor do Instituto Federal do Tocantins



Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha
77.410-470 Gurupi - TO
(63) 3311-5400
www.ifto.edu.br/gurupi – gurupi@ifto.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

BASE LEGAL

BRASIL. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999.** Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei n.º 10.861 e 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Estabelece a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei n.º 13.168, de 6 de outubro de 2015.** Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei no 9.394/1996. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** Brasília, 2016.

BRASIL. **Decreto n.º 4.281 de 25 de junho de 2002.** Estabelece as Políticas de Educação Ambiental. Brasília, 2002.

BRASIL. **Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da 9.394/96. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decretos n.º 5.296/2004, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

BRASIL. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: 2005.

BRASIL. **Decretos n.º 6.949/2009, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto n.º 7.611/2011, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Decreto n.º 8.268, de 18 de junho de 2014.** Altera o Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Brasília: 2014.

BRASIL. **Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 2017.

BRASIL. **Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, 2017.

CONAES (Brasil). Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução CONAES n.º 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante. Brasília: MEC, INEP, CONAES, 2010.

IBGE. **Cidades e Estados.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/>.

IFTO (Tocantins). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução n.º 51/2016/CONSUP/IFTO, de 7 de outubro de 2016. Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos cursos de Graduação, 2016.** Palmas: IFTO, 2016. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO (Tocantins). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução n.º 81/2019/CONSUP/IFTO, de 18 de dezembro de 2019. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFTO 2020-2024.** Palmas: IFTO, 2019. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO (Tocantins). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI).** Palmas: IFTO, 2019. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO (Tocantins). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução n.º**



Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha
77.410-470 Gurupi - TO
(63) 3311-5400
www.ifto.edu.br/gurupi – gurupi@ifto.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

63/2020/CONSUP/IFTO, 11 de novembro de 2020. Estabelece procedimentos para criação, implantação, execução, alteração e encerramento de cursos. Palmas: IFTO, 2020. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO (Tocantins). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução n.º 28/2021/CONSUP/IFTO, de 4 de fevereiro de 2021.** Aprova o Regulamento da Curricularização da extensão nos cursos de graduação presenciais e a distância do Instituto Federal do Tocantins. Palmas: IFTO, 2021.

IFTO (Tocantins). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução n.º 46/2021/CONSUP/IFTO, de 6 de maio de 2021.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Institucionais para a Educação a Distância no âmbito do Instituto Federal do Tocantins (DCIEaD). Palmas: IFTO, 2021.

MEC/CNE (Brasil). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, CNE, 2004.

MEC/CNE (Brasil). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES n.º 03, de 2 de julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Brasília: MEC, CNE, 2007.

MEC/CNE (Brasil). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP n.º 08 de 6 de março de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC, CNE, 2012.

MEC/CNE (Brasil). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n.º 1 de 30 de maio de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC, 2012. Brasília: MEC, CNE, 2012.

MEC/CNE (Brasil). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES n.º 01, de 11 de março de 2016.** Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Brasília: MEC, CNE, 2016.

MEC/SERES (Brasil). Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. **Portaria MEC/SERES n.º 23/2017 - Artigo 99.** Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Brasília: MEC, SERES, 2017.

MEC/INEP (Brasil). Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais



Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha
77.410-470 Gurupi - TO
(63) 3311-5400
www.ifto.edu.br/gurupi – gurupi@ifto.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância.** Brasília: MEC, INEP, 2017.

MEC (Brasil). **Portaria MEC n.º 3.284/2003, de 07 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília: MEC, 2003.

MEC (Brasil). Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Brasília: MEC, 2019.

MEC/CNE (Brasil). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP n.º 07/2020, aprovado em 19 de maio de 2020.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: MEC, CNE, 2020.

MEC/CNE (Brasil). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP n.º 17/2020, aprovado em 10 de novembro de 2020.** Reanálise do Parecer CNE/CP 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: MEC, CNE, 2020.

MEC/CNE (Brasil). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, CNE, 2021.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS (Tocantins). **SGE-Sistema de Gerenciamento Escolar.** Disponível em: <<http://sge.seduc.to.gov.br/sgeseduc/sge/indexrelatorio>>. Acesso em: 02 nov. 2016.



Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha
77.410-470 Gurupi - TO
(63) 3311-5400
www.ifto.edu.br/gurupi – gurupi@ifto.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

REFERÊNCIAS

IBGE (Brasil). **Cidades e Estados: Tocantins**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html>. Acesso em 16 ago. 2022a.

IBGE (Brasil). **Cidades e Estados: Gurupi**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/gurupi/panorama>. Acesso em 16 ago. 2022b.

IBGE (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio>. Acesso em: 16 ago. 2022c.

MEC/INEP (Brasil). Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria Inep n.º 284, de 30 de junho de 2022**. Dispõe sobre diretrizes de prova e componentes específicos da área de Tecnologia em Gestão Pública, no âmbito do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Brasília: MEC, INEP, 2022a.

MEC/INEP (Brasil). Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria Inep n.º 298, de 30 de junho de 2022**. Dispõe sobre o componente de Formação Geral, no âmbito do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Brasília: MEC, INEP, 2022b.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DAS UNIDADES CURRICULARES

1º Período

TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO APLICADA À GESTÃO PÚBLICA	
CONTEÚDOS	
Composição Organizacional: conceitos básicos sobre estrutura organizacional e o processo de organização. As escolas/teorias da administração. O estudo do processo administrativo: planejamento, organização, direção e controle. Gestão por função e gestão por processos. Departamentalização. Modelos de gestão pública.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Desenvolver conceitos básicos nos quais se ampara o funcionamento das organizações; • Compreender os modelos de gestão pública e aplicá-los na atividade profissional; • Compreender o conceito de Administração; • Identificar e utilizar os níveis hierárquicos da organização; • Identificar e analisar as funções que compõem o processo administrativo; • Utilizar os modelos de gestão pública para buscar a efetividade.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	ARAUJO, Luis César G. Teoria geral da administração . São Paulo: Atlas, 2004. CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital . São Paulo: Atlas, 2005.
Complementar:	CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos . Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2005. MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração pública . Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. MEIRELES, Manuel. Teorias da administração . São Paulo: Futura, 2003. MOTTA, F. C. Teoria geral da administração . São Paulo: Pioneira, 2002. PEREZ, M. A. A administração pública democrática . Belo Horizonte: Fórum, 2004.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	
CONTEÚDOS	
Direito Público e Privado. Constituição Federal: Conceito, classificação e evolução constitucional. Direitos e garantias fundamentais individuais e coletivas. Princípios Gerais do Direito. Hierarquia das normas. Eficácia das Normas: Plena, contida e limitada. Remédios Constitucionais e a tutela constitucional das liberdades (ação civil pública, ação popular, habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data). Estudo da Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro	





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

(LINDB) aplicado ao setor público. Fontes do direito, fontes formais e materiais. Sujeitos de direitos, pessoas físicas e jurídicas. Educação para as relações étnico-raciais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Obter uma visão sistêmica da Constituição da República Federativa do Brasil e seu papel dentro do ordenamento jurídico brasileiro;
- Conhecer os Direitos e Garantias Fundamentais considerando a diversidade humana;
- Compreender a Organização do Estado brasileiro e os Princípios Fundamentais da Administração Pública;
- Aplicar os princípios constitucionais na atividade de gestão pública;
- Identificar a (in)constitucionalidade das decisões administrativas;
- Analisar criticamente a ordem social brasileira;
- Tomar decisões consonantes com o estado democrático de direito brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 19. ed. 2015. São Paulo: Saraiva, 2015

PAULO, Vicente. **Direito constitucional descomplicado**. 15. ed. São Paulo: Método, 2016.

PINHO, Rodrigo Cesar Rebello. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. Brasília, DF: 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm>

Complementar:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: [s.n], 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>

BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LASSALE, Ferdinand. **Que é uma constituição?** São Paulo: Kairós, 1985. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/constituicao1.pdf>

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. São Paulo Martins. 2005.

PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

CONTEÚDOS

Linguagem e sua utilização: norma coloquial x norma culta. Papel da linguagem nas sociedades humanas. Aspectos relativos à Norma Culta: ortografia, pontuação, morfologia, semântica e sintaxe. Texto: definição e classificação. Compreensão e interpretação de diferentes gêneros textuais. Coerência e coesão: conceituação e fatores determinantes. Oração, período e parágrafo. Relação entre textos: intertextualidade, citação e paródia.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Compreender os diferentes usos da língua em suas esferas sociocomunicativas; • Identificar informações explícitas e implícitas nos mais diferentes textos; • Aplicar preceitos da norma culta aos mais diferentes textos; • Compreender e interpretar os mais variados gêneros textuais; • Saber inter-relacionar textos.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	BEZERRA, Maria Auxiliadora. DIONISIO, Ângela Paiva. Gêneros textuais e ensino . São Paulo: Parábola, 2010. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz C. A coerência textual . São Paulo: Contexto, 2004.
Complementar:	CAVALCANTI, Monica; KOCH, Ingedore G. Villaça. Intertextualidade: diálogos possíveis . São Paulo: Cortez, 2007. FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais . São Paulo: Ática, 2006. KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual . São Paulo: Contexto, 2002. SANT'ANNA, Affonso Romano de. Paródia, paráfrase & CIA . São Paulo: Ática, 1998. FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. S. Para entender o texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2011.

CONTABILIDADE GERAL
CONTEÚDOS
Conceitos contábeis básicos. Patrimônio. Resultado. Contas. Atos e Fatos. Escrituração. Depreciação, Amortização. Exaustão. Operações com mercadorias. Demonstrações Contábeis, Análise de Balanços. Princípios Contábeis.
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
• Compreender a definição de patrimônio e resultado nas Ciências Contábeis; • Compreender os atos administrativos e os fatos contábeis; • Distinguir depreciação, amortização e exaustão; • Compreender a significância das demonstrações contábeis; • Interpretar o patrimônio e os resultados; Saber nos atos e fatos quem influencia no patrimônio; • Interpretar as demonstrações contábeis.
BIBLIOGRAFIA





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Básica:	FERRARI, Ed. Luiz. Contabilidade Geral: teoria e questões. 14. ed. rev. Niterói: Impetus, 2016. LENZA, Pedro; MONTORO, Eugenio; CAPARROZ, Roberto. Contabilidade Geral e Análise de Balanços Esquemático. 3. ed. Cultura Econômica, 2014. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral: Fácil. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. SOUZA, Sérgio Adriano de. Contabilidade geral 3D: básica, intermediária e avançada. 3. ed. rev. e atual. Salvador: Juspodivm, 2016.
Complementar:	FAVERO, Hamilton Luiz, et al. Contabilidade: Teoria e Prática. v1. 6. São Paulo: Atlas, 2011. MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica fácil. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010 TIBÚRCIO, César Augusto; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009. SANTOS, Angelucci Rodrigues dos. A importância da contabilidade pública. X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em http://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-61.PDF.

ATIVIDADE DE EXTENSÃO I	
CONTEÚDOS	
Atividade voltada à sociedade em geral – relacionado a pelo menos uma das áreas técnicas do curso (Área técnica: Administração, Economia, Contabilidade, Direito, Gestão da Informação, Gestão Ambiental). Exemplo: Introdução ao Direito, Aprendendo Administração, Economia doméstica, Introdução a Economia, Informática Básica, Introdução a Gestão ambiental, Desenvolvimento Socioambiental, dentre outros temas correlatos. Entregando ao final uma prestação de serviço, em forma de curso, ação social, evento, workshop, dentre outras atividades adequadas ao projeto.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Desenvolver habilidades conceituais, humanas e técnicas relacionadas à disciplina e áreas correlatas • Desenvolver as atividades extensionistas relativas à/ao foco da disciplina; • Desenvolver nos discentes do curso de Gestão Pública o desejo pelo trabalho extensionista e voluntariado; • Desenvolver nos discentes do Curso de Gestão Pública a conscientização social e ambiental.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	Todas aquelas referenciadas como básicas e complementares nas unidades curriculares do curso de Gestão Pública, quando aplicadas na área de desenvolvimento da Prática de Extensão.
Complementar:	Todas aquelas referenciadas como básicas e complementares nas unidades curriculares do curso de Gestão Pública, quando aplicadas na área de desenvolvimento da Prática de Extensão.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

2º Período DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	
CONTEÚDOS	
Fundamentos teóricos e históricos de Direitos Humanos. Os Direitos Humanos e a Constituição Federal. Direitos Humanos na sociedade contemporânea. Previsão normativa interna e internacional dos Direitos Humanos. Internacionalização de Direitos Humanos. Estrutura, normas e jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. As políticas públicas de defesa dos direitos humanos no Estado Democrático de Direito. Introdução ao estudo das políticas públicas. Leis especiais de proteção às minorias e grupos vulneráveis. Os movimentos sociais da atualidade brasileira e a tutela de novos direitos. Educação em direitos humanos. Educação para as relações étnico-raciais. Educação ambiental	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Compreender o processo histórico de formação e surgimento dos direitos humanos; • Desenvolver visão crítica dos principais argumentos na atual discussão sobre direitos humanos; • Identificar e aplicar os princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade humana, a democracia e o pluralismo político que fundamentam uma sociedade livre, justa e solidária; • Compreender a importância da existência de políticas públicas voltadas à concretização dos direitos humanos na gestão pública; • Estimular práticas sociais e formulação de políticas públicas fundamentadas no respeito aos direitos humanos.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. MARMELESTEIN, George. Curso de direitos fundamentais . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional . 7. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.
Complementar:	CASADO FILHO, Napoleão. Direitos humanos fundamentais . Coleção Saberes do Direito, n. 57. São Paulo: Saraiva, 2012. CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos . São Paulo: Saraiva, 1991. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). Políticas públicas no Brasil . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. SILVA, Eduardo Faria; GEDIEL, José Antonio P.; TRAUZYNSKI, Sílvia Cristina. (orgs.) Direitos Humanos e Políticas Públicas . Curitiba: Universidade Positivo, 2014. Disponível em < http://www.sengepr.org.br/wp-content/uploads/2015/03/DIREITOS-HUMANOS-E-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS.pdf > CAVALCANTE FILHO, João Trindade. Teoria geral dos direitos fundamentais . Disponível em < http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaltvjustica/portaltvjusticanoticia/anexo/joao_trindade_de__teoria_geral_dos_direitos_fundamentais.pdf >





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

INTRODUÇÃO À ECONOMIA	
CONTEÚDOS	
Origem, objeto de estudo, terminologia, conceitos e fundamentos de Economia. Introdução à História e à Teoria Econômica Básica: dos primórdios ao capitalismo, Smith, Marx e Keynes. Agentes e Mercado: oferta, demanda, equilíbrio e formação de preços, estruturas de mercado, tipos de bens. Apresentação Matemática: gráficos, curvas, deslocamentos e funções aplicadas.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Conhecer os fundamentos da Ciência Econômica; • Conhecer os termos e conceitos necessários à compreensão do mundo econômico; • Conhecer, na Teoria Econômica, os fundamentos para a formulação, manutenção, controle e avaliação da Gestão Pública; • Entender o funcionamento da lógica de mercado e das relações entre oferta e demanda; • Elaborar, discutir, argumentar, planejar, pesquisar e decidir acerca das questões econômicas que envolvem à gestão pública; • Assessorar, orientar, oferecer suporte, emitir parecer e auxiliar na tomada de decisão de agentes/entidades do setor privado e/ou do terceiro setor em suas relações com o setor público.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	MANKIW, N.G. Introdução à economia: edição compacta. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Orgs.). Manual de economia: equipe de professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia: fundamentos e aplicações. São Paulo - P. Prentice Hall, 2005.
Complementar:	VASCONCELLOS, M. A. S. de. Economia: micro e macro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. CANO, Wilson. Introdução à economia: uma abordagem crítica. São Paulo - SP: UNESP, 1998. PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. Microeconomia. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. Introdução à economia. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. SIMON, Vanessa S. Pereira. Análise Crítica do Discurso sobre Economia Solidária nas Publicações da área da Administração. XXXVII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR180.pdf>





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

ORÇAMENTO PÚBLICO	
CONTEÚDOS	
Orçamento público: conceitos. Instrumentos de planejamento da administração pública. Princípios orçamentários. Ciclo orçamentário. Créditos adicionais. Programação e classificação das receitas e despesas públicas.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Compreender os conceitos do orçamento público; • Compreender os princípios que regem o orçamento público no Brasil, bem como as técnicas orçamentárias; • Dominar os procedimentos do ciclo orçamentário na administração pública; • Entender a importância do ciclo orçamentário para o desenvolvimento da administração pública e para a concretização dos direitos dos administrados; • Aplicar princípios do orçamento público no Brasil; • Utilizar ferramentas de gestão no processo de planejamento orçamentário visando ao bem comum; • Identificar as Receitas e Despesas públicas dentro das diversas classificações capazes de auxiliar o gestor na tomada de decisão; • Identificar as diversas fontes de recursos para cobertura de créditos adicionais; • Identificar as formas possíveis de descentralização de crédito orçamentário e financeiro dentro da administração pública.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e contabilidade pública: teoria e prática. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, contabilidade e gestão no setor público. São Paulo: Atlas, 2018. PACELLI, Giovanni. Administração financeira e orçamentária. 3. ed. rev. atual. e ampl. Salvador: Editora Juspodivm, 2020. SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a lei de responsabilidade fiscal. 2. ed. 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2010. KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
Complementar:	ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. GIACOMINI, James. Orçamento Público. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. JUNIOR GAMA, Fernando Lima. Fundamentos de orçamento público e direito financeiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. FIGUEREDO, Carlos Maurício; NOBREGA, Marcos. Lei de responsabilidade fiscal. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Estefania Gonçalves, 2009.

DIREITO ADMINISTRATIVO I

CONTEÚDOS

Princípios do Direito Administrativo. Poderes da Administração Pública. Organização da Administração Pública, Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista. Atos e Fatos Administrativos. Responsabilidade Civil do Estado. Controle da Administração. Agentes Públicos. Servidores Públicos. Serviço público e sua delegação. Cargos, funções e empregos públicos. Intervenção do Estado na Propriedade. Bens Públicos. Poderes da administração pública. Educação para as relações étnico-raciais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Desenvolver uma visão sistêmica do Direito Administrativo;
- Conhecer a organização, os atos e os poderes da Administração Pública;
- Analisar a responsabilidade do Estado segundo princípios do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral e a equidade;
- Identificar e diferenciar as diversas relações entre o Estado, terceiros e agentes públicos;
- Perceber as características de cada situação e aplicar as normas administrativas adequadas;
- Formular soluções de problemas a questões relevantes na Administração Pública;
- Tratar de questões do Direito, Públicos atuais e relevantes para um eficiente planejamento e manejo nas relações profissionais.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Complementar:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: [s.n], 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>

NOHARA, Irene Patrícia; Marrara, Thiago. **Processo administrativo**. São Paulo: Atlas 2009.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015..

PAULO, Vicente; Alexandrino, Marcelo. **Direito administrativo descomplicado**. 24. ed. São Paulo: Método, 2016.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

REDAÇÃO OFICIAL	
CONTEÚDOS	
Gêneros textuais: introdução e conceituação. Aspectos relativos à Norma Culta: estudo de pontuação, ortografia, sintaxe de concordância e regência. O Novo Acordo Ortográfico. Os gêneros textuais utilizados na Redação Oficial: estudo do memorando, ata, ofício, correio eletrônico. Redação Oficial: estudo do Manual de Redação da Presidência da República.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Saber adequar as variações linguísticas à situação sociocomunicativa; • Reconhecer os diferentes gêneros textuais e suas respectivas esferas sociocomunicativas; • Utilizar, adequadamente, os preceitos da Norma Culta à escrita e elaboração de textos oficiais; • Identificar e diferenciar os diferentes gêneros textuais que integram a Redação Oficial, quanto à sua estrutura e situação de comunicação.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática metódica da língua portuguesa . São Paulo: Editora Saraiva, 2010. BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Manual de redação da presidência da república . 2. ed. Brasília: Presidência da República, 2002. MARCUSHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008.
Complementar:	ARAÚJO, Maria Carmem Silva; PONTES, Verônica Maria de Araújo. Manual de redação oficial . Curitiba: Editora CRV, 2013. BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação . Tradução de Judith C. Hoffnagel. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009. TERRA, Ernani. Curso prático de gramática . 6.ed. São Paulo: Scipione, 2011. KASPARY, Adalberto José. Redação oficial: normas e modelos . 19. ed. São Paulo: Livraria do advogado, 2016. LEDUR, Paulo Flávio. Manual de redação oficial: para todas as instâncias e esferas do poder público, inclusive nos meios eletrônicos . Porto Alegre: Age, 2015.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO
CONTEÚDOS
Investigação acerca do conhecimento, em particular da ciência. Análise dos procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da pesquisa científica. Estudo das formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos, especialmente das normas técnicas neles utilizadas. Escolha, Seleção e Limitação do Tema. Plano de Trabalho. Pesquisa Bibliográfica. Metodologia de Anotação Documentativa. Citação e Referências Bibliográficas. Aspectos Técnicos de Redação





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

de Monografias. Estrutura do Trabalho Científico.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Estabelecer relações entre conhecimento e ciência;
- Identificar os tipos de pesquisas científicas e a sua importância no processo de construção do conhecimento;
- Identificar os diversos tipos de trabalhos científicos como instrumentos de disseminação do conhecimento;
- Compreender e discutir os subsídios teórico-metodológicos indispensáveis para a construção de trabalhos acadêmicos e projetos de pesquisa científica;
- Interpretar a funcionalidade do projeto como ferramenta mais eficiente para planejar e organizar a execução de um estudo e/ou atividade;
- Desenvolver o projeto de pesquisa: revisão da literatura, levantamento de dados preliminares e fundamentação da pesquisa;
- Planejar o Trabalho de Conclusão do Curso;
- Analisar a evolução do conhecimento ao longo dos tempos;
- Relacionar conhecimento/ciência;
- Identificar o procedimento formal adotado na elaboração e na divulgação das diversas modalidades de pesquisa científica, focalizando os aspectos teóricos e práticos que envolvem essa produção;
- Realizar pesquisas bibliográficas e de campo;
- Elaborar trabalhos de pesquisa, de síntese e de divulgação científica;
- Identificar as diversas etapas na elaboração de um projeto;
- Elaborar relatórios e textos técnicos;
- Elaborar a estrutura formal do Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

FOWLER JÚNIOR, Floyd J. **Pesquisa de Levantamento**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Complementar:

BANKS, Marcus. **Dados Visuais para Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

CRESWELL, John W; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de Métodos Mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, Uwe. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Tradução por Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia da Pesquisa**: um guia para iniciantes. Tradução por Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

3º Período

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONTEÚDOS

Introdução geral ao estudo da ética; Ética e deontologia; A ética no mundo greco-romano; Modernidade, autonomia e ética; Concepções éticas contemporâneas; Princípios éticos da gestão pública; Ética de princípios e ética da responsabilidade; Instrumentos legais da ética no serviço público; Ética e responsabilidade social na gestão pública. Ética e meio ambiente.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Reconhecer e aplicar de forma eficaz os princípios da ética geral e do serviço público no âmbito da gestão pública;
- Diferenciar o público do privado na administração da coisa pública;
- Analisar as principais formulações éticas ao longo da história;
- Desenvolver visão ética em relação à diversidade humana presente nas relações públicas;
- Proporcionar aos acadêmicos conhecimentos necessários para a avaliação e tomada de decisões na condução do bem público;
- Identificar e interpretar a legislação sobre o decoro do servidor público;
- Produzir sentidos para o exercício da gestão pública a partir do interesse público.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

MOTTA, Nair de Souza. **Ética e vida profissional**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2004

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Complementar:

ASSMANN, H & SUNG J.M. **Competência e solidariedade solidária**: educar para a esperança. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MALDANER, Jair José; RYTHOWEM, Marcelo. **Filosofia, ética e cidadania**. In: Caderno de Estudos e atividade dos curso administração do sistema EAD/Unitins Interativo. Palmas, TO: Unitins. 2005.

MALDANER, Jair José; et al. **Ética Profissional**. In: Caderno de Estudos e Atividade dos Curso Serviço Social do Sistema EAD/Unitins Interativo. Palmas, TO: Unitins. 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONTABILIDADE PÚBLICA

CONTEÚDOS





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Conceito e objeto da contabilidade pública. Campo de atuação. Regime contábil aplicado à contabilidade pública. Sistemas Contábeis. Plano de Contas. Estágios de execução das despesas e receitas. Suprimento de fundos ou adiantamentos. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Créditos adicionais. Demonstrações contábeis segundo a Lei n.º 4.320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal. Tabelas de eventos do SIAFI.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreender o conceito de contabilidade aplicado ao setor público;
- Entender o funcionamento dos sistemas da contabilidade pública;
- Compreender a estrutura do Plano de contas da administração pública;
- Dominar as técnicas de análise das Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público;
- Aplicar princípios de contabilidade pública e identificar as entidades da Administração Direta e Indireta que fazem parte do campo de aplicação da contabilidade pública;
- Realizar levantamento de informações a partir de dados extraídos das Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público;
- Aplicar conhecimento para o planejamento e organização da gestão pública a partir de informações analisadas nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público;
- Identificar informações dentro do SIAFI – Sistema integrado de administração financeira do Governo Federal.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

- ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. **Manual completo de contabilidade pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- COSTA, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da. **Contabilidade Pública**. 3D. 4. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- LIMA, Diana Vaz de. **Orçamento, contabilidade e gestão no setor público**. São Paulo: Atlas, 2018.
- SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2.ed. 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

Complementar:

- FIGUEIREDO, Carlos Maurício; NÓBREGA, Marcos. **Lei de responsabilidade fiscal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.
- GIACOMINI, James. **Orçamento público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- JUNIOR GAMA, Fernando Lima. **Fundamentos de orçamento público e direito financeiro**. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2009.
- MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Grupo Gestão Pública, 2009.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

DIREITO ADMINISTRATIVO II	
CONTEÚDOS	
Licitação: Finalidade, Princípios e suas modalidades; Contratos Administrativos. Improbidade Administrativa. Estudo do Processo Administrativo no Âmbito Federal. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Responsabilização das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. O Acesso à Informação. A transparência pública e o controle social na administração pública. Proteção de dados no setor público e o âmbito de aplicação e normatização. Crimes contra a Administração Pública.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Compreender os conceitos e institutos fundamentais de licitação e contratos; • Identificar as modalidades de licitação; • Reconhecer a importância da probidade administrativa; • Desenvolver compreensão crítica acerca da improbidade administrativa e do processo administrativo; • Adequar a gestão pública à legislação administrativa brasileira; • Diferenciar o público do privado e saber as implicações que essa relação traz à Administração Pública. • Compreender o papel do gestor público e sua responsabilização administrativa • Conhecer a aplicação da Lei de acesso à informação, proteção de dados e transparência pública • Entender o rito pressupostos processuais do processo administrativo disciplinar • Caracterizar a responsabilização do servidor público	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo . 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2016. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro . 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago. Processo administrativo . São Paulo, Atlas, 2009.
Complementar:	BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 . Brasília, DF: [s.n], 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > _____. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 . Brasília, DF: [s.n], 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm >. _____. Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992 . Brasília, DF: [s.n], 1992. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm > _____. Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999 . Brasília, DF: [s.n], 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm > FILHO, Marçal Justen. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos . 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010.

MATEMÁTICA APLICADA
CONTEÚDOS





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Razão e Proporção, Porcentagem, Estatística descritiva, Regressão Linear, Probabilidade, Distribuições Probabilísticas, Juros e taxas, Capitalização Simples, Capitalização Composta, Sistemas de Amortização.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Entender os conceitos de razão e proporção, aplicando-os ao cálculo de porcentagens;
- Compreender a necessidade do uso da Estatística descritiva para o resumo e exposição de dados;
- Saber diferenciar as teorias da probabilidade, adequando-as a cada problema;
- Perceber a regressão linear como ferramenta para previsões e previsões;
- Computar cálculos de juros simples e compostos, relacionados ou não a descontos;
- Conhecer os principais sistemas de amortização utilizados no Brasil;
- Explicar, por meio do cálculo de razões e proporções, o cálculo de taxas e indicadores utilizados na economia;
- Analisar criticamente pesquisas estatísticas, validando ou não resultados apresentados;
- Expressar as chances de um evento ocorrer através da probabilidade, associando a qualidade de uma atividade ou produção;
- Inferir resultados financeiros futuros através de projeções realizadas por análises de regressões;
- Examinar cálculos de juros, analisando viabilidade de investimentos e/ou liquidações de saldos devedores;
- Associar os sistemas de amortização a sistemas de fluxos de caixa com pagamento fixo, entendendo a importância dos mesmos para investimentos e análises de riscos.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

AUGUSTINI, C. A. Di; ZELMANOVITS, N. S. **Matemática aplicada à gestão de negócios**. São Paulo: FGV. 2008.

HOJI, M. **Matemática financeira**: didática, objetiva e prática. São Paulo: Atlas, 2016.

HORIGUTI, A. M.; DONADEL, J. **Matemática comercial e financeira e fundamentos de estatística**. 1. ed. São Paulo: Érica. 2014.

Complementar:

ANDERSON, D. R. **Estatística aplicada à administração e economia**. 3 ed. São Paulo: Pioneira. Cengage Learning, 2013.

CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____, A. A. **Matemática comercial e financeira fácil**. 14 ed. Editora Saraiva, 2010.

IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. **Fundamentos de matemática elementar: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva**. V. 11. São Paulo: Atual, 2013.

LARSON, R.; FARBER, B. **Estatística aplicada**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2016.

ESTADO E SOCIEDADE

CONTEÚDOS

Conceitos introdutórios sobre o Estado. Estado diante da Sociedade: o surgimento do Estado Moderno e suas diversas configurações. Sociedade diante do Estado: Estado e democracia no Brasil republicano. Raízes da dependência e do subdesenvolvimento. Estado brasileiro e a Ditadura Militar. Tensas e dinâmicas relações da sociedade no Estado capitalista





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

neoliberal. Cidadania e Participação política, as lutas sociais pela efetivação dos direitos constitucionais dos povos originários e tradicionais, negros e demais população excluídas do Brasil

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreender o papel do Estado Moderno como gestor dos interesses coletivos e políticas públicas;
- Identificar os problemas estruturais na formação da sociedade brasileira e no exercício cidadania;
- Refletir sobre o sentido da cidadania e sua relação na construção de direitos;
- analisar os impactos da sistema econômico no acesso aos direitos dos cidadãos;
- Desenvolver habilidades de relacionamento interpessoal;
- Compreender o papel dos indivíduos para construção de estado democrático de direito efetivamente
- Ler textos de diversas modalidades de modo significativo;
- Elaborar por escrito os conhecimentos produzidos;
- Debater um assunto tomando posição a respeito defendendo um determinado ponto de vista;
- Interagir de modo solidário nas diversas atividades de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

QUINTANEIRO, T. BARBOSA, M L. OLIVEIRA, M.G. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

WEFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política**. 14ª. ed. São Paulo: Ática, 2011. Volumes I e

Complementar:

HEINEN, Luana Renostro **Estado e Direitos no Contexto de Neoliberalismo** [et al.] Organizadora: Luana Renostro Heinen 1ª ed. – Florianópolis: Habitus, 2020.

NETO. José Paulo Neto. **Pequena História da Ditadura Brasileira. (1964-1985)**. São Paulo Editora Cortez, 2014

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro** / Jessé Souza. — Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

_____. Souza, Jessé **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato** / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017

ATIVIDADE DE EXTENSÃO II

CONTEÚDOS

Atividade voltada à sociedade em geral relacionada a pelo menos uma das áreas bases do curso (Área técnica: Português instrumental, Matemática aplicada, Ética na Administração Pública e Sociologia Política).

Exemplo: Alfabetização, Redação Oficial, Introdução à Matemática, Introdução a Matemática Financeira, Ética na Administração Pública, Introdução aos conceitos de Estado e Sociedade, dentre outros temas correlatos. Entregando ao final





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

uma prestação de serviço, em forma de curso, ação social, evento, workshop, dentre outras atividades adequadas ao projeto.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Desenvolver conceituais, humanas e técnicas relacionadas à disciplina e áreas correlatas; • Desenvolver as atividades extensionistas relativas à/ao foco da disciplina; • Desenvolver nos discentes do curso de Gestão Pública o desejo pelo trabalho extensionista e voluntariado; • Desenvolver nos discentes do Curso de Gestão Pública a conscientização social e ambiental; • Prestação de serviços à sociedade.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	Todas aquelas referenciadas como básicas e complementares nas unidades curriculares do curso de Gestão Pública, quando aplicadas na área de desenvolvimento da Prática de Extensão.
Complementar:	Todas aquelas referenciadas como básicas e complementares nas unidades curriculares do curso de Gestão Pública, quando aplicadas na área de desenvolvimento da Prática de Extensão.

4º Período

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL	
CONTEÚDOS	
Meio Ambiente e evolução histórica das questões ambientais. Crise ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Relação Homem x meio ambiente. Educação ambiental. Legislação ambiental. Poluição e impacto ambiental (atmosférica, aquática e solo). Mudanças climáticas. Políticas Públicas socioambientais. Agenda 2030. Instrumentos de Gestão ambiental. Certificações ambientais. Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001. Diagnóstico ambiental. EIA-RIMA. A Gestão Pública e o meio ambiente.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Proporcionar conhecimento sobre o meio ambiente e a sua sustentabilidade; • Conhecer a legislação ambiental e a gestão de sistemas ambientais privados e públicos; • Desenvolver responsabilidade ambiental com as presentes e futuras gerações e seus direitos fundamentais e coletivos; • Elaborar e implantar políticas públicas de gestão dos recursos naturais; • Compreender as relações conflituosas entre a conservação e a utilização dos recursos naturais; • Coordenar equipes para a elaboração de planos de uso e manejo dos recursos naturais; • Conhecer as bases legais para exploração e conservação dos recursos naturais.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo <i>et al.</i> Curso de Gestão Ambiental . Manole, 2004. BRAGA, Benedito <i>et al.</i> Introdução à Engenharia Ambiental . 2 ed. Pearson, 2005. DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental . Atlas, 2010.
Complementar:	ARAÚJO, Gustavo H. Souza. Gestão Ambiental de Áreas Degradadas . 6 ed. Bertrand Brasil, 2010. SANCHEZ, Luiz Henrique. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos . Oficina de Textos, 2008. FIORILLO, Celso A. Pacheco. Biodiversidade, Patrimônio Genético e Biotecnologia no Direito Ambiental . Saraiva, 2012. OLIVEIRA, Gilvan Sampaio. Conservação do Meio Ambiente, Aquecimento Global e Desafios para o Século 21 . Barsa Planeta, 2010. SANTOS, Rozely Ferreira. Planejamento Ambiental: teoria e prática . Oficina de Textos, 2004.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

FINANÇAS PÚBLICAS	
CONTEÚDOS	
Conceito de Finanças Públicas; Os efeitos da Constituição Federal de 1988 sobre as finanças públicas brasileiras; O papel do Estado de acordo com a economia clássica e a economia Keynesiana; Teoria das Finanças Públicas; Os objetivos da política fiscal e as funções de governo. Teoria da Tributação. Gastos Públicos. Princípios Teóricos de um Sistema Tributário; Classificação dos tributos, Incidência, Destinação Orçamentária; A política fiscal; Sistema Tributário Brasileiro.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Compreender o conceito de Finanças Públicas; • Entender o funcionamento das políticas monetárias e fiscais; • Dominar os fundamentos Teorias Econômicas relacionadas a finanças públicas; • Compreender a estrutura do sistema de financiamento de gastos públicos, sistema tributário nacional; • Dominar as técnicas de análise das Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; • Compreender a relação entre as finanças públicas e os aspectos socioculturais de uma sociedade; • Identificar os problemas relacionados às finanças públicas para propor melhorias nas políticas fiscais; • Realizar análise de mercado com vistas a identificar problemas nas políticas fiscal e monetária; • Desenvolver políticas públicas para solução de problemas relacionados a falhas de mercado; • Planejar e organizar as finanças públicas a partir de informações fornecidas pelos sistemas administrativos implantados no Brasil a partir de 1960.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Claudia. Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. RESENDE, Fernando. Finanças Públicas . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: foco na Política Fiscal, no Planejamento e Orçamento Público . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
Complementar:	CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. Manual Completo de Contabilidade Pública . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. GIACOMINI, James. Orçamento Público . 16. ed. São Paulo:Atlas, 2012. LOPES, Luiz Martins. Manual de Macroeconomia . São Paulo: Atlas, 2010. MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade Aplicada ao Setor Público . SUPLEMENTO. Brasília: Estefania Gonçalves, 2012. NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Finanças Públicas Aplicadas . Vestcon, 2007.

CONTROLADORIA PÚBLICA
CONTEÚDOS
Conceito de controladoria e sua missão. Custos nas entidades públicas. Definição de resultado econômico. Modelos de gestão, de decisão, de informação e de mensuração. Receita econômica. A distribuição de renda econômica produzida nas entidades públicas. Controles internos. Controle das contas públicas. Convênios. Licitações e Contratos.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Conhecer os tipos de custos na entidade pública; • Compreender os modelos de gestão para o setor público; • Compreender os controles internos; Identificar as modalidades de licitações; • Aplicar os métodos de custeio para as entidades públicas; • Adotar modelos de gestão para maior controle na gestão pública; • Saber dos procedimentos para realização das compras no setor público.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BLIACHERIENE, Ana Carla; BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo; RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Controladoria no Setor Público. 2. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2019. SLOMSKI, Valmor. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2017. SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. ed. reimp. São Paulo: Atlas, 2010.
Complementar:	SLOMSKI, Valmor. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2011. SILVA, Elderson Ferreira da. Controladoria na Administração Pública: manual prático para implantação. São Paulo: Atlas, 2013. PADOVEZE, Clovis Luis. Controladoria Básica. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 6. ed. SP: Atlas, 2015.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO	
CONTEÚDOS	
Mercado de trabalho; contexto da gestão de pessoas; mudanças e transformações na função de RH; recrutamento interno e externo; o processo de seleção; técnicas de seleção; modelos e avaliação de cargos; remuneração e administração de salários; direito de trabalho, T&D; programas de qualidade de vida (QVT), saúde e higiene no trabalho e papel do gestor de pessoas.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Caracterizar a política de gestão de pessoas, seus objetivos e abrangência; • Reconhecer a importância dos processos de agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas no contexto da gestão de pessoas e avaliar a qualidade de serviços e assessoria oferecidos pela gestão de pessoas; • Reconhecer a existência da diversidade humana e sua implicação no processo de gestão de pessoas; • Reconhecer o contexto no qual funciona a gestão de pessoas; • Aplicar técnicas de recrutamento e seleção compreender o desenho de cargos e avaliação de desempenho nas	





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

- organizações;
- Utilizar a remuneração;
- Conhecer as formas de T&D, interpretar os direitos dos trabalhadores e reconhecer os programas de gestão de qualidade e definir as características da gestão de pessoas nas organizações.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro: Campus. 2005.

CARVALHO, Antonio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Administração de Recursos Humanos**. v.1. São Paulo: Thomson, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

Complementar:

BERGUE, Sandro T. **Gestão de Pessoas em Organizações Públicas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

COPERS& LYBRAND. **Remuneração Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.

COPERS& LYBRAND. **Remuneração por Habilidades e Competências**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARRAS, J.P. **Administração de RH do Operacional ao Estratégico**. São Paulo: Futura. 2002.

PONTES, B.R. **Administração de Cargos e Salários**. Rio de Janeiro: LTR.2002.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

CONTEÚDOS

Ciência Econômica e o Setor Público: escassez e alocação, falhas de mercado, bens públicos e externalidades; Monetaristas X Keynesianos. O Estado e a Economia: Intervenção e Regulação nos mercados, funções do Estado (Alocativa, Distributiva e Estabilizadora); Financiamento do Estado e Política Fiscal: Tributação, Receita e Despesa Públicas; Orçamento público; Dívida pública.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Conhecer os potenciais papéis do Estado na Economia;
- Conhecer os fundamentos e as implicações da interferência (participação, intervenção e/ou regulação) do Estado na Economia;
- Entender o Estado como Agente Econômico;
- Conhecer os fundamentos, conceitos e bases legais acerca do financiamento do Estado;
- Interpretar o papel do Estado na economia;
- Opinar, emitir parecer técnico, decidir, acompanhar e avaliar projetos e políticas públicas;
- Elaborar, planejar, analisar, pesquisar, avaliar e decidir em questões de intervenção, regulação ou outras formas de participação do Estado na economia;
- Analisar, avaliar e decidir em questões relacionadas ao financiamento do Estado.

BIBLIOGRAFIA





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Básica:	GIAMBIAGI, F; ALÉM, A.C. Finanças Públicas: teoria e prática no brasil. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier 2015. RIANI, F. Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória. 4. ed. São Paulo: LTC, Grupo Gen.2016. FILELLINE, Alfredo. Economia do Setor Público. São Paulo, Atlas, 1990.
Complementar:	REZENDE DA SILVA, Fernando A. et alli. Finanças Públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004. GIACOMONI, James. Orçamento Público. 13. ed. ampl. atual. São Paulo: Atlas, 2005. ATHAYDE, David Rebelo. Dívida Pública Brasileira: uma análise comparativa dos três principais indicadores de esforço fiscal do governo. In: Nova econ. vol. 25 n. 2 Belo Horizonte May/Aug. 2015.Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512015000200403 > OLIVEIRA. Andréia Neiva et al. O Que se Discute sobre Inovação no Setor Público Brasileiro: Análise do Período Entre 2000 (Pós Lrf) E 2014. In: Revista de Estudos Sociais Ano 2015 N.34. V.17. Disponível em: < http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/viewFile/2544/pdf >

GESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
CONTEÚDOS	
Defeitos tradicionais das políticas sociais. Novas orientações para a política social: respeito e inclusão relativos a pessoas com deficiência específica e processo de envelhecimento e respeito ao idoso. Evolução da Teoria do desenvolvimento e dos conceitos de Território e Região; de Território: territorialização, desterritorialização, reterritorialização e Região: Regionalização, Desequilíbrio Regional; perspectivas das Políticas Públicas Regionais e do Associativismo; Perspectivas das políticas públicas regionais e cooperativismo. Modelos analíticos dos problemas provocados pelo Desenvolvimento; perspectivas do processo de Desenvolvimento. Educação em direitos humanos.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Conhecer os formatos organizacionais para o desenvolvimento de projetos sociais; • Conhecer a evolução da Teoria do desenvolvimento e dos conceitos de Território e Região; • Compreender os conceitos de Território: territorialização, desterritorialização, reterritorialização e Região; • Regionalização, Desequilíbrio Regional; • Compreender as dimensões e perspectivas das Políticas Públicas Regionais e do Associativismo Globalização e desenvolvimento Regional; • Discutir, refletir, realizar pesquisas e expor opinião, enfatizando a realidade do Tocantins, sobre atualidades do Desenvolvimento Regional no Brasil e no Mundo; sobre os principais modelos analíticos dos problemas provocados pelo Desenvolvimento e sobre os desafios e perspectivas do processo de Desenvolvimento.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de. RIGOLIN, Tércio Barbosa. Fronteiras da Globalização: geografia geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 2005.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

	COHEN, Ernesto. Avaliação de Projetos Sociais . 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. LENCIONI, Sandra. Região e Geografia . São Paulo: EDUSP, 2003.
Complementar:	BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. IANNI, Octavio. A Sociedade Global . 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. LIANZA, Sidney. Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário . Porto Alegre: UFRGS, 2005. STÉDILE, João Pedro, (coord.). A Questão Agrária Hoje . 3. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002. VIEIRA, Liszt. Cidadania e Globalização . 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	
CONTEÚDOS	
Conceitos de empreendedorismo e autoavaliação; As características do empreendedor; Criatividade, visão e oportunidades; Busca de informações para pesquisa de mercado; O mercado de trabalho atual e as bases da empregabilidade; trabalho e consumo; inovação como fator diferencial; Intraempreendedorismo, empreendedorismo social e empreendedorismo start up; Plano de negócio. Planejamento mercadológico; Métodos e técnicas em fontes impressas ou disponíveis por outros meios de pesquisa de campo; Elaboração da FOFA/SWOT. Sistema de pesquisa de mercado e Fórmulas aplicadas ao estudo econômico e de mercado; Processos de coleta de dados econômicos e de mercado; Elaboração de relatórios sobre os resultados dos testes, envolvendo avaliação de novas tecnologias.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Compreender o movimento empreendedor e suas perspectivas; • Empreendedor interno dentro de organizações; • Construir possibilidades de crescimento pessoal e diferenciação em meio à grande concorrência dentro da gestão pública; • Analisar e interpretar as necessidades do mercado para desenvolvimento regional; • Aplicar projetos para constituição de mudanças organizacionais; • Compreender o movimento empreendedor e suas perspectivas; • Empreendedor interno dentro de organizações; • Construir possibilidades de crescimento pessoal e diferenciação em meio à grande concorrência dentro da gestão pública; • Analisar e interpretar as necessidades do mercado para desenvolvimento regional; • Aplicar projetos para constituição de mudanças organizacionais.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . Rio de Janeiro: Campus, 2001. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. Empreendedorismo . 5. ed. Tradução de Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2004.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

	MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. Empreendedorismo social : a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
Complementar:	DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. HAGUE, Paul; JACKSON, Peter; PIMENTEL, Luzia Roxo. Faça sua própria pesquisa de mercado. São Paulo: Nobel, 1997. INSTITUTO EUVALDO LODI. Confederação Nacional da Indústria. Empreendedorismo: ciência, técnica e arte. São Paulo: IEL, 2000. NASOJAN, C. et al. Administração empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social. Rio de Janeiro: Qualimark, 2002.

5º Período MARKETING PÚBLICO E POLÍTICO	
CONTEÚDOS	
O que é o marketing e o marketing no mundo moderno; os 4 Ps do marketing; comportamento do consumidor e segmentação de mercado; Diagnóstico Político Eleitoral: Rápido, Claro, Objetivo e Eficiente do Quadro Político Local (Cenário Competitivo), das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Tendências. Análise das Linhas/Conceitos de Comunicação Utilizadas na Campanha, Novos Conceitos e Direcionamentos. Análise do Cenário Competitivo. Análise do Material Produzido/Conceitos e Caminhos Formulados/Produzidos. Recomendações Políticas, de Comunicação e Realização/Ações; pesquisa eleitoral. Marketing digital e aplicação no empreendedorismo moderno. Gerenciamento de redes sociais.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Conhecer o uso do marketing; • Utilizar as ferramentas do marketing durante a vida pública; • Conhecer os princípios de uma campanha política; • Entender o uso da pesquisa durante a vida pública; • Saber trabalhar a comunicação com o público em geral; • Compreender as ferramentas de marketing digital e implementá-las junto ao público-alvo como mecanismo de formação e informação; • Reconhecer, no setor público, um produto, saber precisá-lo, saber utilizar as ferramentas de comunicação e o público a ser alcançado; • Mapear o comportamento ou público a cada estratégia empregada; • Elaborar um plano de pesquisa e colocar em prática o plano elaborado; • Reconhecer as formas de propaganda e aplicá-las, conforme determinação legal.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	OTLER, Philip; LEE, Nancy. Marketing no Setor Público. Porto Alegre: Bookman, 2008. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de Marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. MCDONALD, Malcolm. Planos de Marketing: planejamento e gestão estratégica. Tradução: de, Arlete Simille Marques. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

Complementar:	AMARAL, Roberto; CUNHA, Sergio. Manual das Eleições: comentários à Lei n.º 9.504/97 e à Lei Complementar n.º 64/90. Rio de Janeiro: Forense, 1998. COBRA, M. Marketing Básico. São Paulo: Atlas, 1991. DIMENSTEIN, Gilberto. Como não ser Enganado nas Eleições. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. MCCARTHY, E. J. Marketing. Rio de Janeiro: Campus, 1982, 520 p. KOTLER, P. Marketing para Organizações que não Visam Lucro. São Paulo: Atlas, 1988.
----------------------	---

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	
CONTEÚDOS	
Planejamento governamental: conceitos e práticas. Planejamento Estratégico. Lei de Responsabilidade Fiscal: noções gerais. As aplicações da LRF no Planejamento Governamental. Planejamento e práticas regionais. Planejamento Participativo. Controle interno e externo: noções básicas. Pensamento estratégico. Planejamento estratégico, tático e operacional. Etapas e instrumentos do Planejamento. Aprendizagem nas Organizações. Definição de objetivos, missão, visão e valores. Elaboração de planos de ação e de metas para o setor público.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Conhecer os modelos e as funções do Planejamento no processo administrativo e de gestão; • Conhecer as técnicas de liderança, motivação e trabalho em equipe, reconhecendo sua importância e influência nas organizações; • Contribuir para a construção de organizações socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas; • Elaborar as diretrizes do planejamento estratégico, tático e operacional aplicáveis à gestão das instituições públicas; • Organizar informações financeiras para o apoio ao planejamento; • Expressar ideias de forma clara empregando técnicas de comunicação apropriadas a cada situação; • Capacidade de interpretar as informações macroambientais necessárias ao planejamento; • Aplicar os valores e princípios do comportamento organizacional; • Identificar as nuances da administração pública em relação à iniciativa privada; • Entender a terminologia e filosofia do planejamento público; • Utilizar o planejamento como instrumento de controle dos atos públicos; • Buscar efetividade nos atos de gestão através do controle externo.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	CHIAVENATO, I. Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. CHIAVENATO, I.; SAPHIRO, A. Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. PINTO, Fátima Regina de Toledo et.al. Gestão Estratégica de Empresas. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
Complementar:	ANDRADE, Nilton de Aquino. Planejamento Governamental para Municípios. São Paulo: Atlas, 2008. FISCHMANN, Adalberto A. Planejamento Estratégico na Prática. São Paulo: Atlas, 2007. KAPLAN, R.; NORTON, D. Mapas Estratégicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

	REZENDE, José Francisco. Balanced Scorecard e a Gestão do Capital Intelectual. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento. São Paulo: Libertad, 2006. ANDRADE, Nilton de Aquino. Planejamento Governamental para Municípios. São Paulo: Atlas, 2008.
--	--

AUDITORIA PÚBLICA	
CONTEÚDOS	
Controle na administração pública. Auditoria Interna e Externa. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária na constituição de 1988; Controle Externo; Controle Interno.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Compreender o conceito de auditoria e controle interno e controle externo dentro da administração pública; • Entender e interpretar as Normas de Auditorias aplicadas ao setor público; • Compreender o papel e a importância do controle externo e controle interno na gestão pública transparente; • Dominar as ferramentas de avaliação dos processos de gestão operacional das entidades públicas; • Aplicar os conceitos de controle dos recursos públicos; • Identificar as diferentes funções constitucionais atribuídas ao controle interno e externo na administração pública; • Realizar avaliação de processos operacionais internos no âmbito de entidades públicas; • Aplicar conhecimento para o planejamento e organização da gestão pública a partir de informações analisadas por meio de avaliação dos processos operacionais das entidades públicas.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	ATTIE, Wiliam. Auditoria: conceitos e Aplicações. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2011 CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de Auditoria Governamental. 2. ed. São Paulo : Atlas, 2014. SILVA, Marcus; ALEXANDRE, Carlos. Ferreira. Controle Interno, Controle Externo e Auditoria Governamental. Rio de Janeiro, Ferreira, 2015. SILVA, Moacir Marques da. Curso de Auditoria Governamental: de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Pública Aprovadas pela INTOSAI. 2. ed. Atlas, 2012.
Complementar:	BOLETIM DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: Normas de Auditoria Pública. v. 1, n. 1 (1982) – Ano XLIV n.º 12. Brasília: TCU, 2011. BOLETIM DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: Manual de Auditoria Operacional. v. 1, n. 1 (1968) – Ano XLIII n.º 4. Brasília: TCU, 2010. JUND, Sergio. Auditoria. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

	FERREIRA, Ricardo J. Manual de Auditoria . 7. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.
	SILVA, Marcos. Controle Interno e Controle Externo . Rio de Janeiro: Ferreira, 2011.

GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO	
CONTEÚDOS	
Introdução à Administração de Materiais; Logística: conceitos e aplicações; Planejamento e Controle de Sistemas de Produção; Administração de Compras de insumos; Dimensionamento e controle dos estoques; Armazenamento de Materiais; Movimentação de Materiais; Sistemas de Distribuição Física e Transporte de Produtos; Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Saber gerenciar adequadamente os diversos recursos materiais nas organizações públicas; • Conhecer e aplicar os princípios da gestão de materiais nas organizações; • Aplicar técnicas e ferramentas de gestão de recursos materiais na resolução de problemas organizacionais; • Diagnosticar problemas de recursos materiais; • Aplicar técnicas e ferramentas adequadas ao diagnóstico de problemas de materiais; • Resolução de problemas de recursos materiais e logísticos.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	ARNOLD, J.R.Tony. Administração de Materiais . São Paulo: Atlas, 2006.
	DIAS, Marco A Pereira. Administração de Materiais: princípios conceitos e gestão . São Paulo: Atlas, 2006.
	VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque prático . São Paulo: Atlas, 2006.
Complementar:	CAIXETA FILHO, José Vicente. Gestão Logística do Transporte de Cargas . São Paulo: Atlas, 2009.
	DIAS, M.A.P. Administração de Materiais: uma abordagem logística . São Paulo: Atlas. 1996
	FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de Materiais . 2 ed. - Brasília: ENAP, 2016. 164 p.
	NUNES, Rogério da Silva. Administração de materiais . Departamento de Ciências da Administração/UFSC – 2. Ed. – Florianópolis: 2013.
	POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GESTÃO DE INFORMAÇÃO	
CONTEÚDOS	
Tecnologia da Informação: conceito e abrangência organizacional. Infraestrutura de TI: hardware; software; gerenciamento de dados e informação; telecomunicações e redes; Internet, intranet e extranet. Planejamento da TI. Sistemas de informações e	





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

aplicações na organização: SPT, SIG, SAD, BI, ERP, CRM, e-business. Introdução à gestão do conhecimento. Tendências da TI. Portais eletrônicos. Inclusão digital. Governo Eletrônico. Mídias Sociais.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Conhecer os modelos e as funções da Tecnologia da Informação; • Identificar e classificar os tipos de tecnologias e compreender o papel e a importância para as instituições públicas; • Compreender o processo de formação, armazenamento e compartilhamento das informações visando à tomada de decisões e o respeito aos direitos humanos; • Identificar e reconhecer as diretrizes do planejamento estratégico de informática aplicáveis à gestão das instituições públicas; • Utilizar o computador como ferramenta de manipulação, armazenamento e compartilhamento de dados públicos; • Saber usar técnicas básicas de sistemas de informação para a tomada de decisão na área de Gestão Pública; • Identificar as premissas dos projetos de apropriação da TI pelos governos.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	ALBERTIN, A. Tecnologia da Informação e Desempenho Empresa . São Paulo: Atlas, 2005. LAUDON, K. LAUDON J. Sistemas de Informação Gerenciais . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007. SILVA, Arídio. Sistemas de Informação na Administração Pública . Rio de Janeiro: Revan, 2004.
Complementar:	CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede . São Paulo: Paz e Terra, 2008. LÉVY, Pierre. Cibercultura . Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999. TELLES, A. A Revolução das Mídias Sociais : estratégias de marketing digital para você e sua empresa terem sucesso nas mídias sociais. Rio de Janeiro: Makronbooks, 2010. TURBAN, Efraim. Administração da Tecnologia da Informação . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. PHILLIPS, Joseph. Gerência de Projetos de Tecnologia da Informação . Rio de Janeiro: Campus, 2003.

FUNDAMENTOS DO DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	
CONTEÚDOS	
Fundamentos de Direito Financeiro. Fontes e Princípios do Direito Financeiro. Fundamentos de Direito Tributário. Princípios de Direito Tributário. Tributo: origem, conceito e espécies. Competência Tributária. Limitações ao Poder de Tributar. Imunidade Tributária. Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Responsabilidade Tributária. Lançamento Tributário. Crédito Tributário.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Conhecer as bases e fundamentação teórica dos Direitos Financeiro e Tributário; • Conhecer o Sistema Tributário Nacional; • Identificar as especificidades da tributação no Brasil e seus aspectos controversos; • Desenvolver visão crítica sobre as formas de tributação e sua relação com os aspectos socioculturais;	





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

- Verificar os direitos e deveres dos contribuintes perante o Fisco Nacional, com análise da legislação tributária e princípios que limitam o poder de tributar;
- Diferenciar e caracterizar os institutos, formas e conceitos pertinentes à parte geral do direito tributário;
- Analisar criticamente o Sistema Tributário Nacional.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LEITE, Harrison. **Manual de Direito Financeiro**. 5. ed. 2016. Ed. *Juspodvm*.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

Complementar:

CONTI, José Mauricio. **Orçamentos Públicos**. 2. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2010.

_____. **Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Brasília, DF: [s.n], 1966. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm>.

FILHO, Carlos Alberto de Moraes Ramos. **Direito Financeiro Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2016

JARDIM, Eduardo M. Ferreira. **Manual de Direito Financeiro e Tributário**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ATIVIDADE DE EXTENSÃO III

CONTEÚDOS

Atividade voltada à sociedade em geral relacionada a pelo menos uma das áreas bases do curso relacionada ao evento da semana acadêmica do curso, desenvolver eventos, atendimento ao público, dentre outros conteúdos pertinentes.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Desenvolver conceituais, humanas e técnicas relacionadas à disciplina e áreas correlatas
- Desenvolver as atividades extensionistas relativas à/ao foco da disciplina;
- Desenvolver nos discentes do curso de Gestão Pública o desejo pelo trabalho extensionista e voluntariado;
- Desenvolver nos discentes do Curso de Gestão Pública a conscientização social e ambiental.
- Prestação de serviços à sociedade através da organização de eventos.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

Todas aquelas referenciadas como básicas e complementares nas unidades curriculares do curso de Gestão Pública, quando aplicadas na área de desenvolvimento da Prática de Extensão.

Complementar:

Todas aquelas referenciadas como básicas e complementares nas unidades curriculares do curso de Gestão Pública, quando aplicadas na área de desenvolvimento da Prática de Extensão.

Disciplina Optativa

LIBRAS





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Gurupi

CONTEÚDOS	
Concepção, estudo e reflexão a respeito da importância histórica e política da educação dos surdos; O processo de comunicação dos surdos. Língua, identidade e cultura surda; Aprendizagem da estrutura gramatical da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Aspectos sociolinguísticos: regionalismos. Praticar Libras: nível básico e as expressões manuais e não manuais.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
• Compreender os aspectos da Língua Brasileira de Sinais Libras e suas manifestações histórica, cultural, social, educacional e linguística; • Conhecer a legislação específica relacionada a LIBRAS; • Refletir sobre a importância e o valor linguístico e cultural da LIBRAS; • Refletir criticamente sobre a pessoa surda como sujeito da enunciação; • Refletir criticamente sobre o respeito e valorização dos hábitos, costumes e tradições culturais das pessoas surdas; • Refletir criticamente sobre a concepção da LIBRAS enquanto língua com status linguístico equivalente ao das línguas orais gestual-visual, portanto diferente da modalidade oral que é utilizada predominantemente na sociedade; • Entender os contextos escolares e não escolares da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; • Contribuir para a inclusão educacional dos estudantes surdos; • Desenvolver estratégias para aprimorar as habilidades gestuais/motoras e visuais.	
BIBLIOGRAFIA	
Básica:	BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. _____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma Gramática de Línguas de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
Complementar:	COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000. FELIPE, Tânia A. Libras em Contexto. Brasília: Editora MEC/SEESP, 2007. GOES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, Surdez e Educação. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua Brasileira de Sinais: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

